

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

ATA Nº 059

PRESIDENTE – DEPUTADO EDUARDO BOTELHO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo mato-grossense, eu declaro aberta esta Audiência Pública, Requerida pelo Exmº Sr. Deputado Estadual Wilson Santos, com o objetivo de debater a taxaçoão do agronegócio em Mato Grosso.

Convido para compor a Mesa conosco, o Deputado Estadual e autor dessa propositura, Deputado Wilson Santos (PALMAS); o Exmº. Sr. Deputado Estadual, Valdir Barranco (PALMAS); Exmº Sr. Deputado Estadual, Pedro Satélite (PALMAS); Procurador Geral de Justiça, Dr. Luiz Alberto Esteves Scalope (PALMAS); Chefe da Unidade Executiva da Receita, Sr. Vinicius José Simioni Silva neste ato representado o Secretário de Fazenda, o Dr. Rogério Gallo (PALMAS); convidar o ex-Governador, Senador, o Sr. Jayme Veríssimo de Campos, para compor a Mesa conosco (PALMAS), Deputado Estadual eleito, Dr. João José de Matos (PALMAS); Deputado Estadual eleito, Sr. Ederson Dal Molin (Xuxu Dal Molin) (PALMAS); já vi que o Xuxu tem mais torcida aqui em; Deputado Estadual Eleito, Vice-Prefeito de Lucas do Rio Verde, Sr. Silvío Favero (PALMAS); Presidente da Associação mato-grossense dos Municípios, Sr. Neurillan Fraga (PALMAS); Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso-FAMATO, Sr. Normando Corral (PALMAS); Presidente da Associação mato-grossense dos Produtores de Algodão-AMPA, Sr. Alexandre Pedro Schenkel, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão –AMPA; Gutemberg Carvalho Silveira, Presidente da Associação dos Produtores de Semente de Mato Grosso –APROSMAT; Moisés Sachet, Vice-Presidente da ACRISMAT; Lucas Costa Neves, Diretor, neste ato representando o Presidente da APROSOJA, o Sr. Antônio Galvão; Daniel Latorraca Ferreira, Superintendente do IMEA; Dr. Manoel Antônio Garcia (Toco Palma), Presidente da Comissão de Projetos e Apoio Legislativo, neste ato representando o Presidente da OAB, Dr. Leonardo Campos; Jorge Pires de Miranda, Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá; Paulo Araújo, Deputado Estadual eleito; Eliseu Nascimento, Deputado Estadual eleito; Tiago Silva, Deputado Estadual eleito; João Batista, Deputado Estadual eleito; se tiver algum Deputado, por favor anuncie.

Composta a Mesa de Honra, convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) – A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa registra e agradece a presença das autoridades que gentilmente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

compareceram a esta Audiência Pública: Jorge Luiz de Lima, Superintendente da Agricultura Familiar, neste ato, representando o Sr. Rogério Ribeiro de Albuquerque, Secretário do Estado de Agricultura Familiar; Vanda Helena da Silva, Presidente do Conselho de Ética Pública do Estado de Mato Grosso; Silvia Barbosa Rodrigues, Secretária Substituta do Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção do Estado de Mato Grosso, Cleomar Campos, Vereador do Município de Tapurah, Anilson Antônio Martins, Vereador do Município de Tapurah, Odair César Nunes, também Vereador do Município de Tapurah, Gesner Biondo, Vereador do Município de São Félix do Araguaia, Alan Apio, Vereador do Município de Água Boa, Renato Beraldo, Vereador do Município de Água Boa, Nelson Fernandes, Vereador da Câmara municipal de Ipiranga do Norte, Júnior Federice, Vereador do Município de Ipiranga do Norte, Daniel Melo, Presidente de Associação dos Agricultores de Mato Grosso; Dr. Evandro Cesar Santos, vice-presidente do Instituto dos Advogados de Mato Grosso; Dr. Fábio Melo, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da OAB-MT; Dr. Darius Canavarros Palma, membro da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB; Carlos Milhomen, Presidente do Conselho de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso; Jorge Deloga Barros, Presidente do Sindicato dos Assistentes e Técnicos da Sema; Carlos Augusto Gomes, vice-presidente do Sindicato dos Profissionais do Meio Ambiente; Francisco Soares, Diretor financeiro, neste ato representando Sr^a Rosemeire Ritter, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário do Estado de Mato Grosso; Mário Cândia, membro da Diretoria da Acrimat; James Jaudy, Presidente da Associação dos Servidores da Ager; Umbelino Neves, Presidente da Associação dos Gestores Governamentais de Mato Grosso, Dr^a Flávia Benites, advogada do Estado de Mato Grosso do Sul.

Agradecemos a presença dos produtores e agricultores do Estado de Mato Grosso. Agradecemos a presença da imprensa e também, registramos ainda a presença dos presidentes de sindicatos rurais dos seguintes Municípios: Alto Garças, Nova Maringá, Poconé, Nova Mutum, Diamantino, Sorriso e Cuiabá.

A palavra volta com o presidente da Mesa, Deputado Eduardo Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Boa tarde a todos, quero agradecer a presença de todos que vieram para esse começo de debates, é apenas um começo, de uma discussão que ainda vai tomar algum tempo nosso e com certeza haverá muitas discussões.

Então agradeço a todos, quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar nosso Procurador-Geral de Justiça, Luiz Esteves Scallope; por meio dele cumprimento a todos os demais poderes que aqui estão, cumprimento em nome do Normando, a todos os setores do agronegócio que aqui estão; cumprimento e parabenizo o Deputado Wilson Santos por esta brilhante iniciativa; em nome dele, eu cumprimento os Deputados atuais, a todos os que estão participando; em nome do Deputado Silvio Favero, eu cumprimento todos os Deputados eleitos que aqui estão neste momento.

Senhores e senhoras, estamos hoje para uma discussão delicada, inevitável e de grande importância para o Estado de Mato Grosso e para todos os mato-grossenses.

Antes de mais nada, quero dizer do meu respeito e admiração pelo agro mato-grossense, principalmente, por estes homens e mulheres que fizeram do Cerrado, quase inóspito, um oásis de produção e riqueza.

Mas também sei que isso não foi de graça, dentre as tantas perguntas que deviam fazer, uma é: por que o agronegócio é tão pujante no Estado? A resposta não é simples, até porque

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

são tantas respostas e tantos fatores que influenciaram e influenciam nesse setor que somente quem catou raiz, que viu sua plantação se perder toda, e ainda assim sobreviveu, poderá contar com propriedade.

Mas, entre tantas respostas, uma não podemos esquecer: os primeiros adubos que esses campos, agora valorizados e produtivos, receberam foram o suor, as lágrimas, o sangue e a persistência dos agricultores que se aventuraram para transformar terras improdutivas em ouro verde.

Quando as análises de solo, os insumos, as tecnologias e a possibilidade de um comércio rentável chegaram, muitos desses bravos já tinham dilacerado o seu capital; quando não, suas vidas.

Se os louros do labor saltam aos olhos dos que criticam o setor, não podem as fazer sem reconhecer as lágrimas e as vidas que estão plantadas em cada metro quadrado desses valiosos campos produtivos.

Encontrar e punir os sonegadores de impostos. Perfeito! Rediscutir a Lei Kandir. Ótimo! Afinal já se vai 22 anos. Brigar por um FEX maior, impositivo e com datas regulares de transferências. Fantástico! Mas isso é demorado, e sabemos que somente isso não basta.

Já não basta mais! É por isso que é delicado. Não podemos também assassinar nossa galinha dos ovos de ouro. Demonizar o setor? Jamais! Se há alguém que merece respeito neste País é quem produz alimento, quem produz comida.

Não podemos fazer a sociedade consumidora de fibra, proteína e faminta por mais impostos odiar a única fonte segura que nos faz grande. Pior ainda é transformar em vilão os homens e mulheres que tiram do solo a matéria-prima que faz o vestuário e aquece o corpo daqueles que vivem fora dele.

Transformar em bandido aquele que alimenta as bocas famintas? Jamais! Por isso eu defendo o debate. Acredito ser inevitável encontrar novas soluções para resolver problemas crônicos do nosso Estado.

A pesquisa da produção agrícola do ano de 2017 mostra números formidáveis do agro em Mato Grosso, que impressiona todo mundo! O Estado foi responsável por 67,1% de toda produção nacional de algodão.

Além do algodão, Mato Grosso produziu mais de 30 milhões de toneladas de soja, que representam 26,59% da produção nacional, somada a mais de 29,9 milhões de toneladas de milho produzidos em 2017, segundo a PAN. Mato Grosso representou 30,64% de todo milho produzido no Brasil.

Nem falamos aqui da avicultura, da suinocultura, da pecuária, que é a mais forte do País; da cana-de-açúcar, que ocupou os postos de destaque; do girassol e outros que são grupos cultivados aqui dentro.

Segundo o IBGE, 04 Municípios de Mato Grosso aparecem na lista dos 10 com maior produção agrícola do País em 2017, são eles: Sorriso, em 1º; Sapezal, em 2º; Campo Novo do Parecis, em 4º; Campo Verde, em 10º. Esse levantamento foi divulgado agora em setembro de 2018. E, dos 20 Municípios com maior valor de produção do Brasil, 11 são de Mato Grosso.

No primeiro semestre de 2018, Mato Grosso liderou o ranking de exportações. De acordo com o Ministério da Agricultura, o Estado exportou 10 milhões de toneladas, e dessa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

quantidade cerca de 80% são de produtos derivados da soja. Foi responsável por 17,30% da soja vendida para países como China e União Europeia.

Esses impressionantes números ajudaram e muito a economia brasileira, principalmente na balança comercial. Mas, neste mês de novembro, agora, o IBGE divulgou o estudo sobre o comportamento da economia dos Estados em 2016, neste caso Mato Grosso assumiu o protagonismo negativo.

O PIB do Estado teve queda de 6,3%, sendo o segundo pior desempenho entre os Estados brasileiros, à frente apenas do Amazonas, com a economia que decresceu 6,8%. No mesmo ano, o PIB do Brasil teve uma queda de 3,3%, fruto das grandes recessões que iniciou em 2014.

Mesmo que os anos de 2017 e 2018 apresentem alguma melhoria desse dado, eu pergunto: quantos moradores deste Estado, realmente, foram ou estão sendo beneficiados com os formidáveis números da exportação? Porque aqui, para a maioria da população, o que ocorreu foram, hospitais fechando, Prefeitura parando de atender a população, estradas esburacadas, pontes caindo.

Temos 141 Municípios cuja imensa maioria vive de “pires na mão”, em busca de recurso para realizar coisas básicas, tais como enviar um paciente para o tratamento, ou para abastecer o ônibus escolar, ou ainda para tapar um buraco na rua.

É evidente que existe um Mato Grosso antes do agro e um Mato Grosso depois do agro; é inegável, o nosso Estado, sem as atividades agrícolas, teria muita dificuldade em existir e prosperar; mas, infelizmente, essa riqueza não chegou para todos os mato-grossenses, sequer chegou a todos os Municípios.

Hoje, são menos de 20 Municípios realmente prósperos, imagine para os moradores das cidades, principalmente aqueles dos Municípios mais pobres e os que vivem nas periferias de tantas outras cidades, esses ainda não possuem sequer água encanada e saneamento básico, nem asfalto nas ruas eles têm.

Não podemos ter um Estado rico, de poucas pessoas ricas e a maioria pobre, isso se corrige por meio de arrecadação e boa gestão do dinheiro público. Com o que arrecada hoje, é impossível atender essas demandas.

Além do mais, a realidade da década de 90, quando do início dos incentivos as grandes produções de fibras e proteínas no Estado, era uma; a de hoje, é outra, totalmente diferente, tanto que muitos daqueles desbravadores pioneiros já venderam as suas terras, que já foram agregadas a grandes grupos econômicos. Os incentivos e a desoneração para o setor produtivo foi importante e justa, mas não podemos esquecer que toda a sociedade contribuiu, do mais humilde ao mais abastado. Mas já se foram 22 anos. A realidade hoje mudou muito. Temos uma elite muito específica, que está rica e cada vez mais concentra a riqueza. E do outro lado, temos a esmagadora maioria da sociedade, que é pobre e assim vai ficando mais pobre por estar ficando mais longe no topo da pirâmide econômica.

A nossa proposição não é para empobrecer os ricos e, sim, diminuir distância entre esses dois extremos, dando melhores condições para que a esperança e a certeza de dias melhores sejam também uma realidade para toda a nossa gente. Afinal, todo mundo merece oportunidade de dias melhores. Acredito que o setor produtivo do Estado já está estabilizado e maduro o suficiente para ter essa sensibilidade e dar uma maior contribuição na receita fixa do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

O próprio Ministro Blairo Maggi - embora seja bom frisar, está contra a taxaçoão no setor - afirmou em recente entrevista no G1: “Mato Grosso deveria receber muito mais. Hoje nós estamos recebendo um FEX em torno de 400 milhões por ano. E se nós não recebermos isso, as contas do Estado ficam muito piores. Esse montante repassado ao Estado deveria ser aproximadamente 2 bilhões por ano”, afirmou o Ministro.

Acompanhando as notícias, eu vi o economista Vivaldo Lopes afirmar recentemente o seguinte: “Hoje o FETHAB arrecada cerca de 1 bilhão por ano em Mato Grosso, enquanto a Lei Kandir tira do Estado 7 bilhões por ano. Também vai dar esse ano cerca de 4 bilhões de incentivos fiscais. Então, é algo em torno de 10 bilhões que a população está abrindo mão, está deixando de arrecadar. Será - e agora que começamos a fazer a pergunta - que o setor não pode ajudar com pelo menos mais uns 4 bilhões desses 10 bilhões?”

Isso aqui é a palavra do Vivaldo Lopes. Não é minha.

Para ele, “a forma mais prática, direta e legal para aumentar essa retribuição do setor é o FETHAB, já que é uma contribuição financeira.”

A prova da pouca contribuição dessa riqueza está no tamanho das áreas plantadas. Se pegarmos os dados de 1996, quando foi criada a Lei Kandir, verificamos que, de lá para cá, cada vez mais as áreas produtivas estão aumentando, grandemente, mas o número de proprietários, o número de produtores, não. Essa é a questão e a grande discussão que nós começamos a fazer, é visível o afunilamento. Nesse ritmo, Procurador Luiz Scaloppe, muito em breve Mato Grosso pode estar como os países africanos ou do Oriente Médio. Nós teremos reis e marajás, que são os donos de tudo e estão entre os homens mais ricos do mundo, enquanto a imensa maioria da população do país ainda não tem acesso às coisas básicas do mundo moderno e passa por necessidades de toda a sorte, inclusive fome.

Temos que olhar melhor ao nosso redor, a carência da população mato-grossense em saúde, educação, estrada, ponte e transporte, é muito grande. Olha a situação da agricultura familiar, nos rincões do nosso Estado, o primo pobre do agro, que foi abandonado. E tem mais, um Estado melhor economicamente beneficia o agronegócio, que poderá lucrar mais, ter mais competitividade com seus produtos de exportação, pois não vai passar por tanta dificuldade de transporte, logística e segurança. Precisamos entender que apesar da arrecadação do Estado crescer todo ano, ela ainda não consegue atender essas demandas, os problemas e as necessidades crescem muito além da arrecadação. Somos um Estado jovem, em desenvolvimento, temos a obrigação de fazer um Mato Grosso melhor para todos.

Os setores produtivos contribuem, mas não é o suficiente, por isso é hora de quem tem mais, contribuir mais, não de forma impositiva, mas dialogada, negociada, por isso hoje esta Audiência Pública. É em virtude disso que abrimos essa discussão, com responsabilidade, seriedade e, sobretudo, com respeito ao setor.

O Estado de Mato Grosso está pedindo socorro, e não dá para aumentar impostos, onde já não se tem mais o que cortar, onde já cortaram a carne e raparam um pouco do osso, não tem mais, não dá para apertar outros setores. Então, que façamos um debate responsável, respeitoso e profícuo. O Estado melhorando, melhora a vida de todos nós. Que esta Audiência Pública sensibilize todos nós, traga luz para dias melhores. E que Deus nos abençoe!

Obrigado! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Depois desse breve (RISOS)... discurso, vou abrir agora aos contraditórios. Evidentemente, a discussão é essa, nós temos que ouvir todos os lados. E o nosso objetivo não é impor, é negociar, é acharmos um ponto de equilíbrio. Como eu disse aqui no discurso, não poderemos matar a nossa galinha dos ovos de ouro. Então, é isso que estamos buscando aqui com todo o respeito ao setor.

Vamos abrir a primeira fala pra o Sr. Daniel Latorraca Ferreira, Superintendente do IMEA/MT.

Em tempo, anuncio o Deputado Lúdio Cabral, que está conosco participando deste evento. (PALMAS)

O SR. NORMANDO CORRAL - Boa tarde a todos!

Evidentemente, aqueles que me conhecem sabem que eu não sou Daniel Latorraca. Meu é nome Normando Corral, Presidente da FAMATO.

Eu tinha combinado com o Presidente da Mesa e com o Deputado Wilson Santos que eu falaria um ou dois minutos antes do Daniel.

Daniel Latorraca é esse jovem que está aqui atrás, Superintendente do IMEA, Instituto Mato-Grossense da Economia Agropecuária, um ente do sistema FAMATO e suas mantenedoras.

Eu gostaria de iniciar, Deputado Eduardo Botelho, saudando e cumprimentando toda a Casa, em seu nome, todos os Deputados, aqueles que agora foram reeleitos e eleitos pela primeira vez.

Mas quero também fazer um cumprimento, mais do que isso, um agradecimento ao Deputado Wilson Santos.

O Deputado Wilson Santos começou essa tentativa de Audiência Pública, hoje concretizada, com um movimento que entendemos no primeiro momento como um embate, colocando *outdoors* falando: “Taxação do agro já!” Sem nenhuma discussão. Mas vimos depois, e cumprimento e agradeço, vi hoje na sua fala, na coletiva de imprensa ali fora, que Vossa Excelência quer o debate, e esse vem ao encontro do que nós também queremos.

Nós, do setor produtivo rural do Estado de Mato Grosso, queremos e agradecemos essa oportunidade, porque é uma oportunidade que Vossa Excelência nos dá, através desse trabalho inicial que o Daniel Latorraca vai demonstrar, de nos apresentar como realmente somos e o que realmente fazemos. Muitas vezes, não condiz com a realidade o que falam que somos e o que imaginam que nós fazemos. Essa é uma grande oportunidade, e ela não termina aqui, obviamente. Ela se inicia aqui. E nós estamos sempre prontos para esse diálogo. Nós sabemos o que viemos fazer em Mato Grosso.

E quero me referir, também, a um ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Senador da República, que foi reeleito, o Senador Jayme Campos. Não estou vendo-o, mas acho que ele está ali. É meu correligionário, do Democratas, há bastante tempo.

Eu acredito - e se não acreditarem vou repetir para todos -...

Mas no dia da minha posse como Presidente da FAMATO, em 2017, eu me referi ao Senador Jayme Campos para fazer um demonstrativo de agradecimento, agradecimento nosso, produtores rurais, porque a maior parte dos produtores rurais de Mato Grosso é migrante como eu, que viemos de outros Estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Estado de onde vim, para produzir. Essa foi a forma que escolhemos para ganhar a nossa vida. Eu me referi ao Senador Jayme Campos, à época, porque era o que estava lá no dia e é mato-grossense nato.

Desde que aqui cheguei falo com certeza absoluta, tenho falado para todos os produtores que estão aqui, que nós nunca nos sentimos ofendidos por termos vindo para cá. Ao contrário! Sempre fomos muito bem recebidos. Sempre disse que me senti no Estado de Mato Grosso como se convidado tivesse sido e não de ter feito por opção própria pelo tamanho foi o bem querer com que os mato-grossenses nos receberam para fazer o que fizemos, seja no cerrado, seja no Pantanal e em todos os outros.

Eu acredito piamente, acredito sinceramente, que retribuímos com isso. Nós retribuímos a esse bem querer! Acredito e reafirmo isso, como disse no dia da minha posse, que viemos aqui para produzir e estamos produzindo. Hoje, há uma discussão aberta, neste momento. Ela já existia antes, mas está aberta com clareza, neste momento, e se nós contribuímos pouco ou muito, também, queremos saber. Nós queremos saber de que forma? De uma forma civilizada e que seja com números colocados à mesa.

Nós vamos apresentar os nossos números. O IMEA tem todos os números da produção do Estado de Mato Grosso. Todos! E quase de todo resto dos Estados do Brasil. É uma instituição referência no Estado, uma instituição referência no Brasil e em alguns países do exterior.

Para deixar mais claro o que eu estou dizendo, Deputado Wilson Santos, o IMEA que tem seu *site* onde tem os dados do Estado de Mato Grosso, é acessado por vários países. Na verdade, a maior parte dos acessos é feita pelos Estados Unidos e, depois, pela China. Quer dizer, há interesse no que fazemos aqui. E quanto à taxaçoão é ótimo abrimos o debate. Para que possamos saber se somos pouco ou muito taxados nós temos que fazer isso de forma comparativa, não só com outros agentes que, também, pagam os impostos, mas, também, com outros Estados. E isso nós estamos dispostos a fazer. Queremos abrir esse diálogo, mas queremos falar com serenidade e com a certeza dos números que temos. Os nossos números podem ser contestados, porque nós temos uma equipe técnica muito bem qualificada para constantemente acompanhar o que fazemos e temos certeza que fazemos bem.

Então, volto e agradecer a forma que Vossa Excelência principiou como se fosse um embate, mas mudou para um debate. O debate, estamos dispostos a fazer. Estamos aqui para contribuir como acreditamos que contribuímos com o Estado de Mato Grosso tem hoje.

Ressalvo: sou migrante, vim do Estado de São Paulo por opção própria, mas por uma decisão de um Deputado desta Casa tenho algo que muito me orgulho que é o Título de Cidadão Mato-Grossense. Então, eu sou mato-grossense e, como cidadão, posso falar tranquilamente e não só como produtor rural.

Obrigado pela oportunidade!

Peço que os senhores vejam e fique mais claro o que nós temos a apresentar.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. DANIEL LATORRACA FERREIRA – Boa tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar a todos em nome do Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Botelho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Quero agradecer, também, o espaço para o debate ao Deputado Wilson Santos. Já estivemos em discussões - não é Deputado Wilson Santos? - em outros momentos.

Gostaria que abrissem a minha apresentação para que eu possa, então, começar por meio do conteúdo que foi repassado.

Como foi bem dito aqui, o nosso Instituto Mato-Grossense de Agronomia e Agropecuária...

A minha ideia, nesses 20 minutos que foram nos dado, é falar um pouquinho como foi a evolução da economia do próprio agronegócio e uma pincelada sobre a situação fiscal do Estado de Mato Grosso. A minha ideia aqui é gerar uma série de informações e análises como está a nossa economia para que, depois, tenhamos o debate em relação a esses números, também.

Nesse sentido, eu dividi, basicamente, a apresentação em 6 itens e vou começar pela análise do desenvolvimento do Estado.

Ficou meio ruim ali, mas eu resgatei um mapa de Mato Grosso no fim da década de 70, mais precisamente de um material de 1977, que era a proposta de divisão do Estado de Mato Grosso. Éramos 38 municípios aqui, no Estado, com uma população que tinha acabado de dobrar na última década, de 70 para 80, 1970 para 1980. Em 80 nós atingimos 1 milhão e 200 mil pessoas aqui, no Estado. E como ocorreu esse processo? A chegada das pessoas que vieram para cá fazer a produção, principalmente no Norte do Mato Grosso, fez com que fôssemos construindo a agricultura, desenvolvendo as regiões e, por isso, naquele mapa à direita tem a data por intervalo da criação do município. Então, todos os municípios que vocês estão vendo em vermelho foram criados a partir de 1986, exatamente, por conta da ocupação e do processo de desenvolvimento dessa agricultura.

Então, hoje, em 2018, nós atingimos 141 municípios e uma população estimada pelo IBGE de 3 milhões, 300 mil e 40 pessoas. E do lado direito tem um mapa de Mato Grosso onde nós destacamos, naquela cor mais marron, a área agrícola do Estado. Então, ali nós temos a área agrícola do Estado e os municípios vocês podem notar que eles têm cores diferentes, verde até amarelo, chegando a vermelho. Esse é o número do IDH dos municípios, para cada um município do Estado de Mato Grosso. Quanto mais verde maior o IDH, quanto mais amarelo e até vermelho menor o IDH. E coincidentemente no *slide* você observa que esses municípios que foram criados com a chegada da agricultura possuem um maior IDH.

E aí vem a primeira pergunta: “A agricultura ou por que nós temos área agrícola nesses municípios explica o IDH mais alto?”. E aí eu vou dizer aos senhores que não.

A grande explicação para esse *slide* ser mais verde foi que a agricultura em Mato Grosso, o processo de desenvolvimento agrícola foi diferente em outras regiões do mundo, porque nós chegamos em várias pessoas e, hoje, Deputado Wilson Santos, temos algo em torno de 5 mil e 400 agricultores praticando a agricultura de soja, milho, algodão, arroz e outras culturas mais. E desses 5 mil e 400, 83% têm até 3 mil hectares. A metade deles, 50%, tem até 1.000 hectares. Então, esses produtores, infelizmente, passam por um momento muito difícil, assim como foi citado aqui da recessão da economia, porque pudemos observar, dentro daquele gráfico que estava sendo colocado ali, que esses produtores representam, junto com os produtores de mais de dez mil hectares, mais de 82% da área, o que os produtores com mais de 30 mil hectares representam 17% da área de 9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

milhões e 600 mil hectares. Mais de 30 mil representam 17% da área, ou seja, os menores de 30 mil representam, então, 83% da área do Mato Grosso.

E na pecuária essa disparidade é maior ainda. Se você pegar o número de até 500 cabeças por propriedade vai ter um número superior a 90% dos produtores rurais aqui do Estado, e o IBGE soltou, recentemente, dados do censo agropecuário, onde se nota 118 mil estabelecimentos rurais dentro do Estado que fizeram o interior do Mato Grosso desenvolver.

Próximo *slide*.

Esse *slide* que vou mostrar agora para vocês é a evolução do emprego do Mato Grosso de 1994 a 2015. Vejam que o crescimento é exponencial dos empregos do Mato Grosso.

Em 2017 só o setor do agronegócio, quando considero fazenda, a revenda de insumos e também a indústria, pagou 10,6 bilhões reais de salários na economia do Estado, representando um terço do estoque total de empregos de 800 mil empregados no Estado.

No mesmo gráfico, vocês estão notando uma linha amarela em queda. Essa linha amarela demonstra, exatamente, aquele processo de desenvolvimento agrícola, que falei para vocês, dos produtores rurais com seus IDHs nos municípios.

O que aconteceu de 1996, que é a Lei Kandir até hoje, Neurilan, foi que Cuiabá representava 60% dos empregos totais do Estado; em 2015, ele representou apenas 27% dos empregos totais do Estado.

Quer dizer que Cuiabá parou? Não. Cuiabá cresceu, e cresceu bastante em relação às outras capitais do País. Porém, o interior explodiu de emprego e renda, porque sabemos que a agricultura hoje é praticada dentro da porteira, temos a maior indústria de bovinos do País; temos a maior capacidade de esmagamento de soja do País; temos a maior capacidade de produção de biodiesel do País, e isso tudo vem do desenvolvimento e explica, exatamente, aquela evolução do emprego.

Mais recentemente - destaquei em vermelho ali - vejam que a partir de 2015 há uma estabilização do desemprego. E se eu continuasse esse gráfico para 2017 iria ser a mesma situação, inclusive, com o desemprego que houve nesse período.

Aí vem a pergunta: o que tem causado, então, já que aumentamos tanto a área, esse desemprego menor, um PIB do Mato Grosso que decresceu 8% em dois anos, 2016 e 2015? Ou seja, senhores, se o Mato Grosso não crescer 8% em 2017 nós estamos com a mesma economia de 2014. Essa é a resposta.

E ali está a questão: daqueles 83% dos produtores rurais eles têm em média 1.500 hectares. E essa aí é a situação hoje dele.

Aquele pontinho que vocês estão vendo, tem uns pontinhos bem em cima do gráfico, é o preço recebido pelo produtor rural médio do Estado, a média, a maioria. E ali estão os custos de produção na barra acima e bem apertando a margem desse produtor. Fato que, inclusive, explica a própria redução do PIB e o não desempenho da economia.

Uma coisa é a produção, pessoal, aumento da produção; outra coisa é se o produtor teve renda ou não. E nesse debate está sendo utilizada bastante a referência de Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, eu peguei ali do lado direito, a distância do Porto de Sorriso até Santos, que é o nosso maior município em produção, e Maracaju, em Mato Grosso do Sul, que é a Sorriso deles, que também produz algo em torno de milhão de tonelada de soja

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

anualmente. E a diferença da distância do Porto entre Sorriso e Maracaju é praticamente mil quilômetros.

Então, veja os senhores o tamanho da vantagem competitiva de se produzir em Maracaju em relação a Sorriso, sabendo que, inclusive, estamos sobre o mesmo mercado e sobre as mesmas demandas.

Próximo *slide*.

Esse é o *slide*, acho que é o principal na minha apresentação, para alguns esclarecimentos, com dados oficiais, não só do IMEA, mas da Secretaria de Comércio Exterior e de outras informações também.

A produção de soja, em 2017, foi de 32 milhões de toneladas. Desse total da produção, vocês podem notar ali, 29% ficou no Estado para ser esmagado, para ser industrializado. Então, de 32%, 9,5 milhões de toneladas foram esmagados aqui dentro do Estado, maior parque industrial do Brasil.

Continuando as comparações com Mato Grosso do Sul, 9,5 milhões de toneladas são exatamente 100% da produção de Mato Grosso do Sul atualmente. Então, nós esmagamos a produção no Mato Grosso do Sul inteira.

Outros dados, a soja que vai para outros Estados representa hoje 13% do destino da soja, e os demais, 58%, vão para a exportação de maneira direta.

Então, esse fluxo inicial da soja quer nos dizer que quando o produtor vai a *trade* comercializar o seu produto ele paga 2 centavos, que hoje representa um e cinquenta e cinco por saca, mais o FUNRURAL, que foi agora um e meio. E quando a *trading* pega esse grão e manda para outro Estado, esse grão é tributado novamente em 12%. Do que é produzido da indústria do farelo e óleo, também, tem-se incidência de ICMS para operação interestadual no caso do farelo seis e do óleo sete. E as exportações, com aqui já foi comentado, tem a compensação do FEX - Fomento das Exportações.

E mais recentemente, já que a cobrança, inclusive, é da taxa, ou seja, de o setor pagar, estou mostrando, então, que diretamente já tem ICMS. Inclusive, no relatório da SEFAZ de 2017 - está aqui o Sr. Vinícius - tem a referência do próprio setor da soja com 300 milhões de reais em ICMS, que é exatamente esses valores da operação interestadual.

Neste ano, inclusive, esta Casa votou o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal de Mato Grosso – FEEF, onde, inclusive, algumas esmagadoras se enquadram nesse processo.

Por fim, senhores, quando os produtores vão às compras, ou seja, fazer a compra do insumo... Nós temos bem no início do *slide*, quando o produtor rural paga o fertilizante ele está pagando 4,9% de ICMS no fertilizante; 2,8% nos defensivos. Porém, esses dois ICMS ficam no Estado de origem. Mato Grosso não fica com ele, mas é tributado, o produtor está pagando e não se credita disso: “Ah, mas eu pago o FETHAB e compensa”. Não tem compensação. Pagou ficou com outro Estado. E aqui no Estado temos duas contribuições muito relevantes, diretas, que é o diesel, onde se paga 17% mais FETHAB e, também, a questão do maquinário que se paga um e meio.

Pode ir para frente.

Então, todas essas contribuições diretas do setor.

E olhem o que aconteceu em relação à contribuição direta, sem passar para a indireta ainda, nos últimos sete anos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Esse é um gráfico do FETHAB. Ali na linha azul, mais acima, é o FETHAB total que atingiu uma marca de 1,4 bilhões de reais em 2017. A soja contribuiu com 640 milhões de reais dessa conta total, e o diesel algo em torno de 530 milhões de reais.

Olhem, mas o mais importante desse gráfico é o que aconteceu nos últimos dois anos, um crescimento de elevador, que foi a dobra do FETHAB, dobrando a contribuição do setor recentemente.

Próximo *slide*.

Esse é um gráfico muito importante, porque esse aumento, ou seja, essa dobra do FETHAB veio exatamente quatro anos depois da dobra de outro indicador fiscal, que é a UPF- Unidade Padrão Fiscal do Estado.

Vejam no gráfico o que aconteceu em 2012.

Finalzinho de 2012, Deputado Wilson Santos, outro elevador na contribuição direta, não só do agro, mas de toda economia do Estado, em que a UPF evoluiu 100% e nós pagamos a mais, então, taxas como FETHAB, GTA e outras coisas mais, criando situações muito complicadas.

Só um ponto de vista competitivo, ali tem uma simulação. Vejam bem: quando um pecuarista, daqueles dos 92% dos produtores pecuaristas, vai comercializar o seu boi para o abate, ele tem que pagar de taxas, GTA, FETHAB I, FETHAB II, várias coisas, R\$42,63 por cabeça, um desembolso imediato, se não abate e em Mato Grosso do Sul 17%, 151% a mais.

Olhem o que aconteceu nos últimos anos, não só com o FETHAB II, mas não podemos esquecer da grande contribuição sobre o ponto de vista da Unidade Padrão Fiscal-UPF, que elevou sobremaneira todas as taxas de maneira transversal, não só de taxas diretas, mas também no licenciamento e outras coisas mais.

Próximo *slide*.

Tendo clara a grande contribuição e a evolução recente da contribuição direta, não podemos deixar de falar da contribuição indireta do setor na economia.

Busquei a melhor forma de trazer isso, até porque nas nossas conversas sempre destacamos isso. Então, desta vez estou mostrando, ali é uma plantinha de soja, e esta dizendo o seguinte: para cada 100 reais não investidos na soja, o que cai? Ou seja, se eu parei de investir 100 reais na soja, ou porque estou pagando tributos, ou porque a China fez as pazes com Trump, e assim por diante, o que acontece? Cai o investimento em diesel, cai investimentos em salários, cai investimento em frete, cai o investimento em máquinas, de insumos com as revendas e com outras mais, e outros serviços a mais.

Vejam que interessante. Peguei também outros dados da SEFAZ-MT, dos top 5 da arrecadação do ICMS.

Em 2017 nós tivemos uma arrecadação de algo em torno de 9 bilhões de reais em ICMS e os primeiros cinco setores contribuintes são: combustível, varejo, energia, veículos e atacado.

Olhem essa lista e o que acontece se eu não investir 100 reais na soja.

O diesel é o primeiro, junto com a gasolina e o etanol, contribuinte do Estado com 23% da arrecadação total do ICMS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

O segundo é varejo e o quinto é o atacado, que são impactados diretamente pelo desemprego e falta de salário.

Então, vejam os senhores que não tem como, obviamente, descolarmos a grande contribuição do setor, não só sob o ponto de vista produtivo, mas também sob o ponto de vista econômico dentro do Estado, haja vista que dos cinco maiores ali grande contribuidores do ICMS três são impactados de maneira diretamente, fora energia e veículos também, que tem as máquinas inseridas neles.

Então, eu trouxe um material que foi elaborado pela FGV Projetos, em 2013, no qual diz o seguinte: “Do ICMS arrecadado de 2011, 50% é feito pelo agronegócio por conta da contribuição direta, mais todas essas contribuições indiretas aqui no setor”.

No FETHAB a contribuição é maior ainda, é de 85%, porque eu pego o FETHAB das *commodities* mais o diesel que é consumido nas fazendas e nos transporte dos insumos e dos produtos.

Indo para a parte da situação fiscal do Estado, esse é um gráfico que demonstra a linha na laranja a *performance* da receita orçamentária do Estado corrigida pela inflação e na linha azul a população do Estado de Mato Grosso no mesmo período dos últimos vinte anos. Essa é a análise.

Vejam o que aconteceu de 1998 até 2010. A mesma projeção do emprego, que colocamos ali. Se eu colocasse os dados do PIB, seria a mesma coisa.

Olhem o que aconteceu de 2012 para cá: estabilização, queda. Não por um acaso a UPF dobra em 2012; não por acaso o FETHAB dobra em 2016; não por acaso discutimos e foi aprovado aqui o FEEF em 2018.

Então, será que de fato esse é o grande problema do Estado? Será que nós não podemos fazer mais, sob o ponto de vista de gestão também?

Próximo *slide*.

Esse número nos garante outra posição de liderança no Brasil também.

Mato Grosso é o maior produtor de soja, o maior produtor de milho, o maior produtor de algodão, como aqui já foi destacado e também a posição número 01 no *ranking* do ICMS *per capita* do Brasil. É o Estado com maior arrecadação do Brasil por pessoa, quando eu pego aquele dado que eu mostrei para vocês no gráfico da receita, do ICMS somente, e da população.

O segundo é Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul também tem uma boa arrecadação sob o ponto de vista da renda *per capita*, só que nós ganhamos dele de novo, não só na soja, no milho, mas também na arrecadação de ICMS por pessoa.

Então, a receita cresceu muito e ela, sem dúvida nenhuma, tem uma contribuição forte do nosso setor do agronegócio.

Próximo *slide*.

Esse, estou partindo para o meu último *slide*, é uma reflexão.

Depois de apresentar todos os números do perfil da produção, e temos muitos pequenos e médios produtores, Deputado Wilson Santos, que estão extremamente apreensivos, porque mais uma contribuição não é uma novidade nos últimos 5 anos; depois de também ter visto o acréscimo na receita orçamentária do Estado nos últimos anos e sabemos também da estabilização

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

do último período, esse é um gráfico que demonstra a evolução de 1998 até 2017, últimos 20 anos, em variação.

População. População é aquela linha mais baixa, população praticamente estabilizou.

Iniciei a minha fala dizendo que de 1970 a 1980 a população de Mato Grosso dobrou, de 600 mil para 1 milhão e 200 mil, agora, em 20 anos, aumentou só 43%.

A receita orçamentária do Estado aumentou 142%; a produção bem evoluiu bem também 337%; e a despesa com pessoal do Estado aumentou 368%.

Aqui cabe só uma observação. Absolutamente não pensando no passado, como já mostrei, nós contribuímos, inclusive com as evoluções, mas, pensando no futuro, será que de fato pressionar mais ainda um setor que cresce, contribuiu com a receita orçamentária, vai resolver todos os problemas, ou será que em 2019 voltaremos de novo a esta Casa para mostrar a evolução de todos esses gráficos?

Por último, para encerrar, eu gostaria de... Obviamente, como o nosso Presidente citou, estamos completamente abertos ao debate e à construção de uma proposta posterior.

Pode passar o próximo *slide*.

Ontem fiquei bastante preocupado, mas muito mesmo, porque ontem o Governador Azambuja, de Mato Grosso do Sul, foi à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, não sei se vocês viram essa reportagem, e mandou uma Mensagem pedindo a redução do farelo de soja para operação interestadual de 12% para até 6%. Ou seja, uma redução de 50% do farelo na operação estadual.

Mato Grosso já vem fazendo isso, o Mato Grosso já é assim. Mato Grosso tem uma alíquota de 12% na exportação direta de grão e 6% na operação interestadual de farelo, que é o que Mato Grosso do Sul deve fazer se Assembleia Legislativa assim acatar. Então, o movimento lá é de redução de imposto.

Pode voltar ao meu *slide*, por favor.

Este ano ainda tivemos outra redução, já que a comparação com Mato Grosso do Sul, vamos pegar exemplos bons lá este ano. Esse é o primeiro exemplo.

O segundo exemplo aconteceu no diesel.

A alíquota do diesel de Mato Grosso do Sul era 17% como Mato Grosso. Sabe quanto é alíquota do diesel hoje lá? 12%. Aqui em Mato Grosso é 17% mais FETHAB lá é 12% mais FUNDERSUL. E a nossa venda de diesel é 117% maior do que a venda de diesel do Mato Grosso do Sul. A nossa venda é 117% maior do que Mato Grosso do Sul que está ali no *slide*.

E para finalizar esse *slide*, eu coloquei um momento marcante para o Estado de Mato Grosso, que foi o ano de 1998. Não só porque, infelizmente, nós perdemos a Copa lá no final, em 1998, mas foi o último ano que o PIB de Mato Grosso foi menor do que o PIB de Mato Grosso do Sul. Foi o último ano da história no Brasil que o PIB de Mato Grosso do Sul foi superior do que o PIB do Mato Grosso. E não tem como negar que todos os estímulos e incentivos que foram dados à economia, Lei Kandir, câmbio flutuante, em 1998, a própria leis e incentivos do Estado, PROALMAT, toda aquele estímulo que houve na economia, que houve o *boom* da agropecuária nos garante hoje que o PIB nosso seja 35% maior do que do Estado de Mato Grosso do Sul.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Como eu falei, com todo o respeito ao nosso vizinho, gostaria muito de replicar algumas das receitas e modificações tributárias que eles fizeram tanto no diesel quanto no farelo.

E por fim, era isso.

Tem mais um *slide*. Pode passar.

Esse era o *slide* da notícia oficial do Governo do Mato Grosso do Sul.

E por fim, eu gostaria de agradecer a abertura do espaço e quero dizer também como Superintendente que estou no Instituto Mato-Grossense de Economia e Agropecuária, que os nossos dados e as nossas análises estão todas abertas em nosso *site* e também estamos disponíveis em nosso escritório na Federação da Agricultura e Pecuária.

Também, eu gostaria não só de agradecer a todos e também aos Deputados Wilson Santos e Eduardo Botelho, em nome do nosso Presidente Normando Corral, como a todos os produtores rurais que estão presentes.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Sr. Daniel, pela exposição muito bem feita, muito preparada e muito bem apresentada.

Concedo agora a palavra ao Sr. Vinícius Simione, Chefe da Unidade Executiva da Receita, que neste ato também represento o Secretário Rogério Gallo.

O SR. VINICIUS JOSÉ SIMIONI SILVA – Bom, enquanto vão colocando no ponto a apresentação, gostaria de fazer um esclarecimento importante.

A SEFAZ e o Estado não têm paixão nenhuma por determinado segmento ou por determinado modelo de tributação. A nossa missão é explorar o potencial econômico do Estado da maneira mais eficiente e eficaz possível. Eficiente de que o sistema tributário seja o máximo possível neutro e menos custoso na sociedade. E eficaz no sentido de que explore ao máximo a base tributária.

Eu faço esse esclarecimento exatamente porque eu trouxe para vocês o material relativo ao comportamento do ressarcimento que temos sobre as relações das exportações, o FEX e Lei Kandir que foi citado pelo Daniel D'Leia. Digo isso também, por quê? O Sistema tributário que existe hoje, especificamente para o setor do agronegócio foi feito, foi projetado, pensando em evitar discrepâncias no sistema. Por quê? Porque temos, como também já foi dito aqui, a maior parte da nossa produção orientada, comercializada em exportação. Todos nós sabemos que a Lei Kandir e a Constituição asseguram a desoneração sobre essa matéria.

Asseguram a desoneração dessa matéria e tem mais uma determinação para que os Estados arquem com eventual volume de crédito suportado pelos contribuintes. Então, a informação sobre a arrecadação indireta que foi passada pelo Daniel Latorraca, é importante, porque aquele componente de crédito não aproveitado, que ele mencionou, efetivamente ocorre.

O sistema de movimentação interna que nós temos no Estado, é aplicado o sistema de diferimento do imposto, ou seja, na operação inicial não há tributação mas ele é vinculado a um estorno, a uma renúncia aos créditos que o contribuinte produtor teria direito, isso para minimizar os impactos na desoneração de exportação.

A apresentação esta pronta? Está disponível? Alguém pode colocar para mim? Isso, por favor, pode passar...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Inicialmente um contexto histórico. Qual o motivo, o que motivou essa decisão da Lei Kandir?

Está muito pequeno e não está dando para visualizar, teria como aumentar?

Em síntese, nós tivemos a decisão pelo plano real, isso influenciou na nossa Balança Comercial e foi adicionada a necessidade de aumentar a competitividade do Produto Interno e incentivar ainda mais o comércio exterior. Como o Brasil é essencialmente um País de produtos primários, foi determinado pela Lei Kandir a desoneração dessa matéria.

Pode passar... Não está sendo possível visualizar, vamos para parte gráfica que é melhor.

Dados do nosso PIB 2017... Muito ruim para visualizar. Mas só para dizer em dados gerais: no PIB de 120 milhões, o agro corresponde a 60%; do nosso PIB, aproximadamente 60, 80% são exportados.

Sistema de Compensação, nós temos basicamente dois instrumentos, um é a Lei Kandir, propriamente dita e o outro é o FEX, um complementa o outro para atingir o total de 3 bilhões e 900 para todos os Estados.

Nós iniciamos em 1996 com um percentual de participação de 1.94% irrisório, até porque não tínhamos a pujança em volume comercializado no exterior como temos hoje, mas ainda sim é irrisório: 1.950 para FEX e 1.950 para a Lei Kandir, total na soma dos dois: 3.900.

Mas o fato é que assim se foi congelado durante todos esses anos e nós conseguimos em 2003, com a Emenda Constitucional nº 43, fazer um instrumento novo de ajuste a essa compensação, que nós chamamos de FEX, e que para todos os Estados exportadores é efetivamente um sistema de ressarcimento, mas a União trata esse sistema como um favor, como algo discricionário que ela poderia dispor aos Estados.

Pode passar.

Esse é um dado só para indicar o nosso índice ajustado. Nós estamos inicialmente com 1,94, atualmente estamos com 12% do total do FEX devido aos Estados.

Pode passar.

Esse é um gráfico para demonstrar como vem o comportamento do ressarcimento nos últimos anos. Nós vínhamos como o Estado com – está muito ruim de visualizar mesmo, desculpem – um percentual maior de ressarcimento; mas, do último ano para cá, nós tivemos uma redução do nosso percentual face ao aumento do valor a ser repassado ao Estado de Minas Gerais, que teve um aumento no volume da produção e de crédito por ativo mobilizado.

Pode passar.

Aqui é uma demonstração do balanço entre compensações e perdas. Nós iniciamos o sistema de ressarcimento por desoneração com 92%, a União ressarcia os Estados e Municípios em 92% do total de desonerações e atualmente ressarce em torno de 8 a 10%, ou seja, houve uma concentração dos recursos na União, que não realizou o ressarcimento aos Estados exportadores.

Pode passar.

Esse aqui é o nosso gráfico, Mato Grosso especificamente, nós iniciamos sendo ressarcido com 21% e atualmente estamos em torno de 10%. De um total de perdas de 05 bilhões anuais, nós somos ressarcidos entre 400 e 500 milhões de reais.

Pode passar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Aqui é a perda acumulada. Todos os Estados, o conjunto dos Estados deixou de arrecadar 700 bilhões de reais sobre tributação de ICMS nas operações com o comércio exterior, e foram ressarcidos em 165%...

O nosso caso é ainda pior. Nós perdemos, no período da vigência da Lei Kandir até 2017, 68 bilhões de reais e fomos ressarcidos em 08, ou seja, nós temos uma perda líquida assumida pelo Estado de 60 bilhões de reais.

Pode passar, por favor.

Aqui é um resumo dos andamentos, nesse *slide* eu gostaria de destacar a importância da atividade Parlamentar em defesa do Estado, não exatamente aqui no âmbito estadual, mas essencialmente no Congresso Nacional, todo esse trabalho que tem sido feito... Neurilan tem participado também em Brasília dessa pressão, e o Senador Wellington Fagundes também todo ano faz essa defesa para o Estado, mas é algo que deveria ter sido superado há muito tempo com a regulamentação definitiva do repasse da Lei Kandir.

Não é justo, não é adequado, eu diria até, não é leal com os Estados, que eles arquem com essa perda em desoneração, essa perda em arrecadação; e a União, ao fim e ao cabo, é quem efetivamente se locupleta com os ganhos da exportação, Mato Grosso foi o Estado que mais contribuiu com o balanço positivo, com o resultado positivo da nossa balança comercial, e é o Estado que é menos ressarcido, um dos Estados que é menos ressarcido com essa perda.

Então, aquele gráfico é para evidenciar a necessidade de regulamentação definitiva do FEX, essa é uma medida imediata, nós entendemos a complexidade. A União, assim como os Estados, também tem suas dificuldades de caixa, mas nós sabemos, como eu disse, que há um ganho real em tributação na União, em especialmente na União, com a tributação dos resultados das exportações, especialmente em lucros e dividendos.

Então, nós acreditamos que as medidas... A medida mais emergencial é a regulamentação definitiva do FEX num valor que seja suficiente e adequado ao ressarcimento dos Estados. O conjunto dos Estados perde em torno de 39 a 40 bilhões de reais anualmente e ressarcidos em 10%, então a regulamentação definitiva seria a medida imediata.

É isso, nós gostaríamos de trazer a necessidade de reforçar esse pleito e isso tem sido colocado insistentemente em discussões muito duras com a União, tanto no âmbito do Ministério da Fazenda, quanto no âmbito do próprio Presidente da República, mas é um pleito que os Estados têm que levar como definitivo e não tem como deixar de discutir, de tocar nesse assunto.

Discussões, como eu disse no início, quanto à modelo de tributação especificamente para determinados segmentos, nós podemos discutir. A nossa missão é explorar a base tributária de forma mais eficiente e eficaz possível. O modelo adequado nós podemos discutir em conjunto e nós acreditamos que esta Casa é o local adequado para essa discussão.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com a palavra, o Sr. Neurilan Fraga, Presidente da AMM.

O SR. NEURILAN FRAGA – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a todos em nome do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, e trazer algumas informações no que foi falado até agora, como forma de contribuição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Não temos como falar sobre taxaçoão do agronegócio se não falarmos da Lei Kandir. Todos nós sabemos que a Lei Kandir é uma lei nacional, uma lei federal. Então, taxar o agronegócio, criar ICMS em cima da produção do agronegócio tem que revogar a Lei Kandir.

Há um movimento muito grande pelo Estado de Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul no sentido de revogar a Lei Kandir por conta de que a União não faz a compensação devida que deveria fazer.

Tem um PEC já no Congresso Nacional, no Senado, de autoria do Senador Anastasia, já foi aprovado na primeira comissão, onde trata da revogaçoão da Lei Kandir, e cada Estado aplicaria a alíquota do seu ICMS da forma como convier.

Foram dadas algumas informações que quero no sentido de entender melhor. O Superintendente do INDEA colocou que teve um momento... Comparou a população de Mato Grosso com um bilhão de habitantes e veio o povo todo de fora, dobrou essa população, e eles vieram produzir.

Vamos imaginar que veio um bilhão de pessoas de fora. Apenas, menos de sete mil pessoas movimentaram no ano passado, só em exportação, quase 56 bilhões de reais! É a maior concentração de riqueza que existe no Brasil. Menos de sete mil pessoas movimentaram, só em exportação, 56 bilhões de reais. Então, o resto da população do Estado de Mato Grosso, com raras exceções, está à mercê, por isso que há desigualdades regionais em Mato Grosso; por isso que há desigualdades sociais em Mato Grosso. Cidades que têm a sua principal atividade no eixo do agronegócio: Sorriso, Primavera, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e outras que têm o agronegócio centrado na sua economia estão se desenvolvendo, e os demais municípios? Estão empobrecendo. Até porque os incentivos fiscais são direcionados para empresas, para segmentos que vão operar exatamente nesses municípios que estão “bombando”, na gíria popular.

Então, essa é uma das colocaçoões que queremos fazer. O processo, o sistema da produção em Mato Grosso é concentrador, em se tratando do agronegócio.

Foi colocado que são pequenos e médios produtores - grande parte - que produzem a soja, o algodão, que produzem outros produtos do agronegócio. E eu fiquei imaginando: se são médios e pequenos, com 1.500 hectares, 3.000 hectares, eu comecei a pensar, e os assentados? E os pequenos produtores dos assentamentos, o que são? Os que têm 27 hectares, 100 hectares, qual é o benefício que, como o agronegócio, eles têm? Porque há uma distinção entre o agronegócio que produz soja, a agricultura comercial, a exportadora e os pequenos produtores que não são do agronegócio. Mas na leitura que foi feita aqui, um produtor que tem 3.000 hectares é pequeno. Então, há uma contradição extraordinária nesse meio.

Também quero colocar que, desde 2015, estamos trabalhando no Congresso Nacional e levantamos essa bandeira de fazer uma alteração, não na Lei Kandir, mas na forma da compensação. Porque quando se estabeleceu a Lei Kandir, ficou definido que o Congresso Nacional iria aprovar uma Lei Complementar que definisse o valor da contribuição do ressarcimento, da compensação, e os critérios. Passou todo esse tempo e o Congresso não fez isso, porque não teve nenhum interesse, Nós provocamos, foi criada uma Comissão mista, pegamos o gancho de uma decisão do Supremo Federal que deu um ano para que o Congresso Nacional aprovasse essa lei e caso não aprovasse, o TCU que arbitraria o valor. E nós trabalhamos lá, criamos uma comissão mista, várias audiências, isso resultou em um relatório, o Senador Wellington Fagundes era o relator,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

virou um projeto de lei que está lá na Câmara Federal e que faz uma compensação mais justa, inclusive, os números que estão lá foram os números que produzimos na AMM.

Hoje os Estados exportadores são ressarcidos ou são compensados com 1 bilhão e 950 milhões via FEX, que não é obrigatório, o Governo Federal paga se quiser e se puder. Todos os anos nós temos que estar em Brasília, no final de ano, “com pires na mão”, para poder ver se ele passa, vocês acompanham na imprensa.

Mato Grosso recebeu, em 2017, 420 milhões aproximadamente. Neste ano, se conseguirmos fazer com que o Presidente Michel Temer libere, ele virá bem aquém, porque reduziu inclusive a nossa participação no volume e valor de exportação. E o outro 1 bilhão e 950 milhões, Deputado Wilson Santos, nós recebemos quase mensalmente, que vem pela Lei Kandir, e Mato Grosso recebe muito pouco, os municípios recebem muito menos, inclusive.

Se em 2017, o agrô de Mato Grosso exportou mais de 14 bilhões de dólares, chegando aí, no dólar médio, a quase 56 bilhões de reais, se não fosse a Lei Kandir, entrariam nos cofres do Estado de Mato Grosso, aproximadamente 6 bilhões e meio de reais, a SEFAZ coloca acima de 5 bilhões. É por isso que está se criando a desigualdade, estão aumentando as desigualdades regionais, porque como o Estado de Mato Grosso... Qual é a base de receita do Estado? Não vem do agronegócio? O Estado é eminentemente agrícola, a indústria e o comércio ainda estão pequenos, o setor de serviços é muito incipiente, e aí essa grande produção que geraria os impostos para que o Governo pudesse fazer investimentos, inclusive, na logística das estradas para melhorar o escoamento da produção, é desonerado. E o Governo Federal não faz a compensação e termina com isso, fazendo com que o Governo do Estado não leve a saúde, a educação, a qualidade de vida para a população daqueles municípios menores que estão fora do eixo.

Então, é um grupo de municípios que são beneficiados, porque têm a produção, e um número muito grande que não são beneficiados, porque estão fora do eixo.

Quero até fazer uma ressalva, foi colocado também com relação ao FETHAB diesel. Quero mais uma vez esclarecer que o FETHAB diesel não pode entrar nessa conta da contribuição do agronegócio com o Governo do Estado. O FETHAB diesel é ICMS. Quando a PETROBRÁS tira 21 centavos do litro de diesel para o FETHAB, que é o FETHAB diesel, ela se apropria do ICMS... - esqueci o termo -, mas ela apodera-se do crédito e quando ela vai pagar o seu ICMS geral, ela abate o que ela mandou para o FETHAB diesel. E aí o ICMS, 75% são do Estado e 25% são do município. Então, o que o produtor, o que o agronegócio contribui é consumindo o óleo diesel. Eu, que não sou produtor e tenho um carro a diesel, contribuo. A empresa de ônibus de Cuiabá, que consome muitos litros de óleo diesel, contribui. Então, não pode colocar na conta do produtor que o FETHAB diesel vem da contribuição. A contribuição do produtor é do FETHAB I e FETHAB II, que é das *commodities*. Do diesel não é do produtor rural não.

Eu queria esclarecer mais esse passo e agradecer a oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Muito bem feita a colocação do Neurilan Fraga a respeito do FETHAB diesel.

Vamos chamar para fazer o uso da palavra o autor dessa Audiência Pública, o professor, escritor, historiador Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Presidente!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Cumprimento o Normando, Presidente da FAMATO; parabenizo o Daniel Latorraca, um extraordinário técnico, uma revelação, muito orgulho da família Latorraca aqui do Bairro do Porto, gente nossa; Presidente dessa Casa, Deputado Eduardo Botelho; Sr. Luiz Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça do Estado de Mato Grosso, neste ato representando o Ministério Público Estadual, que, também, usará da palavra; cumprimento os colegas Deputados em nome do Deputado Professor Allan Kardec, Pedro Satélite, Dilmar Dal Bosco; os que foram eleitos Deputados e que já estão interessados já nos debates como o Sílvio, Vice-Prefeito de Lucas do Rio Verde; Xuxu, desculpe falar assim, porque não sei, ainda, o seu nome...

É Xuxu mesmo? Mas, às vezes, não gosta de ser chamado pelo apelido.

Sr. João Batista, também, eleito Deputado; cumprimentar o Deputado Adalto de Freitas; Sr. Jorge Pires, Presidente do Sindicato Rural da Capital; servidores públicos aqui representados por seus sindicatos; Senador da República Antero Paes de Barros; economista Vivaldo; Sr. Vinícius; grande jornalista Alfredo da Mota Menezes; em nome de todos esses eu quero cumprimentar todos os que estão aqui presentes; os veículos de comunicação que prestigiam esta Audiência Pública.

Quero começar dizendo, Sr. Presidente, que sou um Parlamentar feliz. Sou um Parlamentar que quando olho para trás sinto que estou cumprindo com o meu dever. O Parlamento tem perdido muita credibilidade nas últimas décadas em todo o Brasil.

O Parlamento vem deixando de tratar de assuntos que devem ser tratados aqui, Dr. Rui Prado, e tem perdido espaço para Organizações Não Governamentais, para veículos de comunicação, mas este é o papel do Parlamento, trazer para cá os grandes debates da sociedade e de maneira democrática, permitindo a todos os lados o direito à manifestação. Não dá mais para fazer debates só com um lado. Então, é importante que aqui estejam representantes dos 116 mil servidores públicos, representantes dos milhares de produtores rurais deste Estado, seja do agro, seja da agricultura familiar, dos atores políticos que decidirão, com o seu voto, com a sua caneta esse assunto. Então, eu me sinto muito feliz em estar provocando esses debates, nesta Casa.

Essa provocação não começou agora, meu amigo Normando, com os *outdoors*. Nós já debatemos desde 2015 esse assunto.

E quero, de início, deixar aqui o meu reconhecimento ao agro que provocado, em 2015, em 2016, por esta Casa, veio ao debate, veio à mesa e construímos o FETHAB II. O agro apoiou o FETHAB II. E por meio seus dos Deputados que têm assento nesta Casa, que representam o agronegócio, as entidades representativas orientaram o voto favorável ao FETHAB II que foi aprovado aqui à unanimidade dos Srs. Deputados.

Dizem que quem olha para trás corre o risco de perder um olho, mas quem não olha perde os dois. Então, gostaria de, antes de começar a minha sobre o tema, fazer estas considerações e dizer, também, que como professor aprender bastante e, às vezes, ensinar alguma coisa.

Ninguém é daqui! Todos nós... Nem os índios são daqui! Os primeiros índios registrados no Brasil são do Século VIII. Nem eles eram daqui. Acontece que uma família chegou há 300 anos, outra há 200, outro há 100 anos, outras há 50 e outras estão chegando agora na rodoviária, no aeroporto. Todos nós somos cidadãos universais. (PALMAS). Todos nós somos do mundo, do universo. Ninguém escolhe quando espermatozoide se encontra com o óvulo: “Ah, quero nascer na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

África; Não quero nascer na Suíça; Não, se não for para nascer na Argentina, eu não quero”. Não há essa escolha.

Nós somos cidadãos do universo. A Europa já derrubou 27 fronteiras, derrubou 28, mas a Inglaterra quis sair. São 27 países com a mesma moeda, com a mesma legislação previdenciária, com a mesma legislação trabalhista, estão construindo um bloco uno. Esse é o caminho do mundo. O nacionalismo vai dar lugar ao universalismo.

Quantos de nós temos filhos morando na Argentina, aqui em Santa Cruz estudando, nos Estados Unidos, na Europa, na China? Gostaríamos que eles fossem repelidos por lá porque são brasileiros? Assim como não repelimos os haitianos, os venezuelanos.

A Bíblia diz: “Recebamos bem os estrangeiros, tratemos bem os estrangeiros”. Todos somos de casa e todos somos estrangeiros, depende do olhar que cada um tem sobre aquele contexto.

Senhores, a economia de Mato Grosso não pode continuar nesse caminho. O desenvolvimento de Mato Grosso tem que mudar de rumo! Há 500 anos o Brasil Colônia, o desenvolvimento tinha quatro pernas: latifúndio, produção de produto primário barato, objetivo mercado externo e mão de obra escrava. Mato Grosso, hoje, 500 anos depois tem na sua economia baseada no: latifúndio, na produção de produtos baratos visando o mercado externo e trocamos a mão de obra escrava pela máquina e não precisamos jogar irmão contra irmão. Não precisamos jogar o agricultor familiar contra o grande agricultor porque ambos ajudaram a transformar esse Estado, Sr. Daniel. Gostei dos seus dados, Sr. Daniel!

Em 1900, bem aí atrás para a história, Cuiabá tinha vinte mil habitantes. O homem vivia em média 36 anos no Brasil. Castro Alves, o grande Poeta, viveu 24 anos, Dom Pedro I viveu 36 anos, Casimiro de Abreu morreu aos 18 anos. Na década de 1950, vários aqui nasceram, a média de vida do brasileiro era de 54 anos. Hoje estamos em 76 anos em média! A longevidade só aumenta em Mato Grosso, só aumenta no Brasil. Daqui uma década e meia, duas décadas, viveremos 80 anos em média. Os nossos filhos e netos chegarão aos 90 anos, 92 anos em média de vida. É raro ver uma criança com poliomielite, caxumba, catapora, são doenças que praticamente desapareceram é um ou outro caso. O modelo de desenvolvimento de Mato Grosso precisa ser mudado sob minha ótica. “E qual deve ser então Wilson?” Nós temos hoje uma safra de mais de sessenta milhões de toneladas de grãos.

Daniel, quando o Estado foi dividido pela segunda vez, porque a primeira foi em 1943. Vargas não consultou ninguém e baixou um decreto e criou Rondônia. Criou o território federal de Guaporé e no mesmo ato ele criou: Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu. Mas Iguaçu, no Paraná, e Ponta Porã não foram para frente, foram reincorporados ao Paraná e ao Mato Grosso, respectivamente. Mas o território do Guaporé foi para frente. E o território do Guaporé foi criado com 90% de terras de Mato Grosso.

Onde hoje é Vilhena, Espigão do Oeste, Ouro Preto, Ariquemes, Cacoal, tudo era Mato Grosso. Essas cidades todas nasceram de postos telegráficos colocados por um cuiabano, filho, neto de índio, terra desse professor aqui, lá de Santo Antônio de Leverger e Mimoso, que é o maior brasileiro de todos os tempos, Rondon.

Depois de 79 tiram mais 350 mil quilômetros de Mato Grosso e cria o Mato Grosso do Sul.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Quando criam em 79, que você mostrou aqui, 38 municípios. De lá para cá se passaram 39 anos. De 38, parimos 141, total hoje, Neurilan Fraga, que preside essa Associação importante. Somos 141 municípios. Ficamos com um terço da população. Eles com quase 1 milhão e 800 e nós com 700, 800, 900 mil. Somos 3 milhões e meio hoje. O PIB ficou dois terços para lá e um terço para cá. Somos 35% maiores hoje e podemos ser muito maiores.

Ninguém aqui quer embretar agronegócio! Ninguém veio aqui dizer para vocês deixarem Mato Grosso! Ninguém aqui, em sã consciência, dirá que vocês não foram grandes responsáveis pelo sucesso deste Estado.

Esta Casa, toda semana, enche Vossas Excelências e senhorias de Títulos de Cidadania, de reconhecimento que vocês, gaúchos, catarinenses, paulistas, paranaenses, nordestinos, nortistas, vieram para cá construir! Nós não temos grandes diferenças, pelo contrário, estamos em um território só, o gaúcho e o cuiabano se dão super bem.

Moro num edifício onde tem um gaúcho, filho do Jair Bernedetti, casado com uma menina, filha da Glorinha e do Guilherme Garcia, e o filho dele, Antero, torce pelo Internacional, ele gauchíssimo e ela de Santo Antônio de Leverger, a mãe foi Prefeita de Santo Antônio de Leverger, a Glorinha. De um gaúcho com uma santo-antoniense nasceram uns guris bonitos, o ruim é que todos torcem pelo Internacional, Grêmio, Caxias, Juventude. Eu falo: rapaz, torce pelo Operário, que é time bom! “Não, tio, quero ser Internacional”.

Então, é o que Nelson Pinheiro dizia no início dos anos de 1960, Dr. Normando Corral, quando ele dirigiu o IBGE: “Em Mato Grosso nascerão bugres de olhos azuis”. Ali está Toco Palma, neto de um sergipano, nordestino, olha a cabeça dele, chata, dois palmo de testa, nordestino, está escrito ali.

Este é o Mato Grosso do Coronel Meireles, que abriu a 163, mineiro; Mato Grosso do Governador Mauro Mendes, goiano; Mato Grosso da Serys, gaúcha; Mato Grosso da Juíza Selma, gaúcha; Mato Grosso do Silval, paranaense; do Blairo, paranaense. Esse é o Mato Grosso! Nós todos nos encontramos aqui! Não tem porque brigar.

Dom Aquino dizia: “Vamos fazer em paz e união o progresso de Mato Grosso”. Em paz e união. E qual é a minha proposta? Eu não fujo. Lá na Câmara de Vereadores eu ganhei o apelido do Vereador João Malheiros, Juarez, de galinho de briga. Eu fiz um projeto para acabar com a briga de galo aqui em Cuiabá, aí ele me chamou: “Mas, moço, você quer acabar com briga de galo”? E aí não acabou com nada, tem coisa que é cultural e não tem papel que acaba. E eu brigava demais na Câmara, ele falava: “Está aí, você é um galinho de briga”.

Eu não conheço essa palavra medo; recados que recebi. Não percam tempo com isso, porque até whatsApp gasta, custa alguma coisa.

Eu vou provocar esse debate enquanto o povo me der mandato nesta Casa. Enquanto o povo renovar o meu mandato, eu serei um grande provocador dos grandes temas deste Estado. Por que, senhores? Porque não é possível que não entendamos uma coisa como esta daqui.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio de 2008 e 2009: a soja em grãos, o preço, naquele momento, era de 398 dólares a tonelada; o óleo de soja refinado, 1.271, 320% a mais; o milho em grãos, 200 dólares a tonelada; o óleo de milho refinado, 1.675, 840% a mais se industrializarmos; o frango, *in natura*, 2.127 dólares a tonelada. Se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

industrializarmos o frango, 4.798 dólares, 225% a mais; leite condensado, 1.780 dólares a tonelada. Se fizermos manteiga, 4.065 dólares a tonelada.

Senhores, qual é o medo? De perder espaço para os industriais? Qual o medo de transformar sua soja em óleo? Tem crescido um espaço enorme nos chamados veganos, vegetarianos, que querem o bife de soja, que querem a torta de soja.

Agora a *Goodyear* terminou, depois de 6 anos, uma experiência com *pneu* de soja. Maravilha, Roberto, você que veio lá de São Félix prestigiar a Audiência! O *pneu* de soja substituirá o *pneu* de látex, da borracha, mais aderência, maior longevidade.

Seis anos de testes, agora a *Goodyear* coloca no mercado o *pneu* de soja. Veja o espaço que tem! E nós continuaremos a exportar a soja em grãos? Continuaremos a exportar o algodão em pluma?

Aqui em Campo Verde tem quatro fiações! Quatro fiações. Por que não elevar a condição de indústria têxtil, já sair daqui com o tecido pronto? Quem nos condenou a um destino de sermos apenas produtores de produtos primários? Não há esse destino para Mato Grosso! Não há esse destino para Mato Grosso! O nosso destino é muito maior!

O futuro de Mato Grosso é muito maior! Acabei de dar dados oficiais aqui. Só a BRF lá em Lucas - se eu estiver errado alguém me corrija -, Sílvio, 8000 empregos diretos. Está aqui o futuro Deputado. Oito mil empregos diretos numa fábrica, numa indústria em Lucas!

O que precisamos para aprender? O que precisamos? Sabe o que é? Aí é que entra o interesse econômico-financeiro de uma meia dúzia, não da maioria, Normando, Jorge Pires! A maioria não está na revista Forbes. Eu também não tenho nada contra estar. Também gostaria de estar lá. Só está quem tem 1 bilhão de dólares para cima. Eu sou plantador de limão, estou com mais de 150 pés de limão. Estou crescendo, Deputado Eduardo Botelho. Cuidado comigo. Porque aqui tem rei da soja; rei do boi; rei da cana; rei do peixe, mas chegou o rei do limão. Cuidado comigo. Vou passar vocês todos. Brincadeira a parte.

Sabe o que acontece? Senador Antero, o senhor que foi constituinte... Quando o Antero foi constituinte, de 1987 até 1988, eles, unanimemente, desoneraram, tiraram todos os tributos para exportação de produtos industrializados. Não sei por que já não colocaram ali, também, a isenção para produtos primários e semielaborados. Mas não colocou. Mas o setor foi para cima e civilizadamente, como diz o Normando, depois de oito anos depois da promulgação da Constituição do Dr. Ulisses, consegui o que não havia conseguido oito anos antes, que era a Lei Kandir - leva o nome de Kandir em homenagem ao Deputado Antônio Kandir, do PSDB de São Paulo.

O Kandir contemplou, e foi homologada pelo Congresso e sancionada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que também os produtos primários e semielaborados não pagariam tributos, quando para exportação.

Quanto Mato Grosso cresceu? Foi um espetáculo. Foi como um foguete.

Fernando Henrique foi um gigante para a agricultura nacional, foi um gigante com Jonas Pinheiro, quando fez a securitização - salvo a lavoura lá -, quando salvou a COMPESA; e quanto emplacou a Lei Kandir. Mas tudo tem um tempo para acontecer.

A Lei Kandir está aí há 22 anos. Na minha modesta opinião, já cumpriu a sua função a Lei Kandir. Agora ela tem que ser completamente reformulada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Quero dizer um exemplo de Mato Grosso do Sul. Lá o Governador Zeca do PT, que foi convidado para vir aqui, pediu desculpas, acabou não vindo, em 2005 baixou um decreto, não foi nem lei, não mandou projeto para a Assembleia Legislativa e através de um decreto ele estabeleceu um limite percentual para exportação de produtos primários e semielaborados.

Ele não criou imposto novo. Ele não criou uma alíquota nova. Não majorou ICMS. Ele não mexeu em nada. Apenas mandou este decreto para o Diário Oficial. A partir da publicação desse decreto nenhum produtor rural pode exportar para o exterior mais do que 50% da sua produção.

Sabem que isso gerou lá? Trezentos milhões de reais por ano para os cofres do Mato Grosso do Sul.

Mas as entidades representativas do agro reagiram. Não aceitaram e foram à Justiça. Em 1ª Instância perderam; em 2ª Instância perderam; em 3ª Instância perderam e se consolidou o fato.

Hoje já há julgado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, já julgado, já tem jurisprudência.

Se o Governador Mauro Mendes, que toma posse daqui a 30, 32 dias, decidir copiar o modelo sul-mato-grossense, não percam tempo com a Justiça, porque já há julgado em nível nacional de que aquilo que Mato Grosso do Sul fez tem amparo legal.

Não sei o que vai decidir o novo Governador, o segundo governador da história de Mato Grosso industrial, o segundo. O primeiro nós o elegemos lá em 1902, 1903, que era parente do Senador Antero Paes de Barros, Antônio Paes de Barros, conhecido como Coronel Totó Paes, dono da usina Itaiçi, quando não se falava em soja, quando não se falava aqui em algodão e eram os açucareiros de Santo Antônio, da Itaiçi, de Conceição, de Flecha, Ressaca, Maravilha, que seguravam a nossa economia, era a Companhia Mate Laranjeiras, que tinha o orçamento superior ao do Estado, e adiantava e emprestava dinheiro para Mato Grosso, por meio de Joaquim Murtinho, que elegeu seu irmão, Manoel Murtinho, também governador aqui, que depois vai para o Supremo. Quando ninguém queria vir para cá, porque vivíamos do extrativismo vegetal, só o Pantanal criava um pouquinho de gado, eram as indústrias do Rio Abaixo que sustentavam.

Mato Grosso não nasceu hoje, nem em 1970, nem em 1980, nem em 1990, nem em 2000. Desde sempre houve grandes mato-grossenses que deram suas vidas, suas inteligências, suas energias para segurar esse torrão com o Brasil.

Então, eu quero encerrar, Sr. Presidente, a minha fala e agradecer a plateia, porque se comportou de maneira muito educada com a minha fala, numa outra audiência a coisa foi mais quente, e respeito porque sou um democrata, dizendo, Sr. Daniel, da minha admiração por você, que é um dos grandes quadros que pode inclusive um dia servir este Estado.

Assim como temos bons exemplos de Mato Grosso do Sul, eu tenho uma preocupação também com o excesso do liberalismo na economia: *laissez faire, laissez passer*.

Eu sou social democrata, a Europa ocidental que dá aos seus filhos o melhor Estado social. Eu sou social democrata.

Quero dizer que o Presidente Maurício Macri anunciou na semana passada, Presidente que, quando assumiu, uma das primeiras ações foram isentar todos os tributos sobre os produtos primários da Argentina quando exportados; Maurício Macri tomou decisões que virou o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

namoradinho do mundo, exaltado na América Latina para ser modelo farol a ser seguido; há uma semana Maurício Macri, filho de um dos grupos mais ricos da Argentina, ex-Presidente do Bocas Júnior, voltou a taxar as exportações dos produtos primários, notadamente a soja.

Senhores e senhoras, “decifra-me ou devoro-te”!

Estamos numa encruzilhada. O Estado precisa aumentar a sua arrecadação, mas também precisa diminuir o tamanho dessa máquina ineficiente, mas também precisa reduzir DAS e DGA, mas também precisa diminuir os gastos com a folha salarial. (PALMAS)

Não preciso fazer média com ninguém. Nesta tribuna estive durante quatro anos defendendo o Governador. Fui vaiado, xingado, cuspidado, mas nunca deixei de acreditar naquilo que acho certo.

Não é aceitável, muito menos razoável, em três anos apenas, aumentar a folha em 75%. Isso é inaceitável! Não existe isso. (PALMAS) Mas, talvez, é chegado o momento de fazermos um ajuste de contas e não basta aumentar a arrecadação em cima do agro.

Temos, sim, que voltar a sentar à mesa, Dr. Normando Corral, como você fez e liderou, você o Andride, Iraí, o Blairo Maggi, Pivetta, Rogério Salles, vocês, gigantes, e são vocês que dão as coordenadas e têm o respeito da base. Tem que voltar a sentar, sim, com o Governador Mauro Mendes. O povo o elegeu, o povo o escolheu. Isso é democracia, isso é respeito à legitimidade popular. Têm que sentar com o Governador, mas também o Governador tem que ter o apoio desta Casa para fazer os cortes que forem necessários, combatendo diuturnamente a corrupção e a sonegação, que estão no ápice da pirâmide.

Tenho o relatório, e vou cobrar logo, dos órgãos de controle, Sr. Luiz Alberto Estes Scalope.

Há quatro anos o ex-Deputado José Riva encaminhou para o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e outras instituições controladoras o relatório de uma CPI sobre cooperativas de produtores ricos que usam as cooperativas para desviar tributos e não pagar impostos. Quatro anos não são quatro dias!

Todos precisam fazer o seu papel.

Então, encerro, Sr. Presidente, muito animado, satisfeito.

Ainda tem o Senador eleito Jayme Campos, que chegou aqui dizendo que não queria falar, mas que depois de uma conversa com o Deputado Botelho resolveu usar da palavra.

Há uma expectativa muito grande, porque o Senador Jayme Campo, que foi Governador deste Estado, já foi Senador por oito anos, volta agora pelo voto popular, tem dado notícias, via imprensa, de um posicionamento muito firme, muito contundente, a favor da taxaçoão sobre o agronegócio, notadamente sobre os mais ricos, sobre os mais poderosos. Certo?

Eu quero encerrar aqui e dizer a todos vocês que essa nossa provocação é no sentido de que possamos, nos próximos dias, semanas e meses encontrar uma saída definitiva.

Dizer que o agro não está taxado é mentira. O agro está taxado. O agro paga o FETHAB desde 2000, o agro paga o FETHAB II desde 2002. A soma não é só 1 bilhão, da mais de 1 bilhão e 200 milhões só de FETHAB I mais o FETHAB II. Só que esse dinheiro é insuficiente, movimenta 40 bilhões, 54 bilhões por ano. E disse aqui o Dr. Daniel que pagou de ICMS 300 milhões, direto. Indireto é muito complicado, você vai ter que discutir economia com o Dr. Vivaldo Lopes, com o Professor Benedito Dias, o efeito multiplicador, o taxista também paga, o cara do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Uber também paga, quem compra um pão, quem compra um salgado, o cara que vende espetinho ali, o cervejeiro paga, o dono do barzinho paga, todo mundo paga indiretamente, todo mundo, todo mundo paga. E já há países no mundo voltando a taxar produtos primários para exportação. Um exemplo aqui é a segunda economia da América do Sul. Então, não adianta nós fazermos beicinho, não adianta nós xingarmos o Deputado, xingar, esculhambar a Assembleia Legislativa, falar mal da SEFAZ, não adianta. A civilização nos ensinou: o que adianta é sentar à mesa e como diz o Normando: “Não para o embate, mas para o debate”. No debate eu tenho certeza de que o agro não virará as costas a um Estado que lhe permitiu um crescimento, uma realização e o enriquecimento material. Mais que isso, quando o senhor arrumou a sua mala, a sua mochila lá no Rio Grande do Sul, despediu do pai e da mãe, entregou a bandeira do colorado, do grêmio e falou: “Eu vou para esse tal de Mato Grosso sem nunca ter vindo, ter ouvido falar. Eu vou”. Jogou toda a sua juventude nessas estradas sem ponte, mal conservadas. Quantos perderam filhos, parentes, para ajudar construir Mato Grosso? Nós não somos inimigos, irmãos. Aqui nós somos irmãos. Nós vamos sentar e nós haveremos de encontrar, sim, um caminho para melhorar a arrecadação do Estado e cobrar do novo Governador o combate à corrupção, a diminuição do tamanho da máquina e, principalmente, combate aos sonegadores.

Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Depois dessa fala brilhante do Deputado Wilson Santos, eu vou chamar o Procurador Scalope e depois o Senador Jayme Campos, aí eu vou passar a palavra aos Deputados, e aí vamos resumir para que todos os Deputados falem, outros participantes e aí vamos delimitar um tempo menor, eu peço compreensão dos Deputados, têm muitos inscritos e todos querem falar.

Com a palavra, o Procurador Salope.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPE – Boa tarde a todos!

Eu quero antes agradecer o convite realizado pelo Presidente desta Casa em face da comunicação feita pelo Deputado Wilson Santos e quero dizer para os senhores que a presença do órgão do Ministério Público aqui, que eu represento, por decisão clara, lúcida, é, antes de tudo, para prestigiar uma construção da Constituinte de 1988, depois regulamentada pela legislação, que é a Audiência Pública.

Segundo é para prestigiar, se é que conseguimos fazer isso, o Parlamento. E terceiro, porque o Ministério Público não pode fugir a um debate de maneira alguma. Ele terá, muitas vezes, que enfrentar, não só público, mas em outras Audiências Públicas, como também na vida forense.

Essa questão que eu não vou tocar de profundidade, da taxação, como era chamada, ela embora pareça palavão, para alguns, ela é a palavra de ordem no Estado do Mato Grosso, queiram ou não, como diz o Deputado Wilson Santos, façam beicinhos ou não.

Isso é dentro do Judiciário, é dentro do Parlamento, dentro da burocracia, mas é nos movimentos sociais, é junto aos produtores de toda ordem, dos trabalhadores de qualquer região de Mato Grosso. Uma hora quer um acerto de contas, um reajuste, uma reformulação, então nós vamos ter que resolver isso.

E eu quero argumentar com os senhores, e antes disso, quero dizer que eu represento o Ministério Público em uma situação muito confortável, porque toda vez, em virtude de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

o decano do Conselho Superior do Ministério Público ser eleito, há o processo eleitoral em desincompatibilização, como agora, temos dois correndo trecho entre os membros do Ministério Público para colher votos, disputando o poder, a chefia do Ministério Público.

Toda vez que acontece, eu assumo, e é o momento em que eu assumo para dirimir conflitos, para equilibrar, jogar água no fogo, fundamentalmente, e além do mais, além disso, prestigiar a eleição interna que nós realizamos, que é democrática e nós debatemos todas as nossas questões que aparecem, como apareceu agora, embora não tão publicamente também, o Tribunal de Justiça no processo de eleição, aparece também nos debates entre os Promotores de Justiça sobre a taxaçoão, tarifação,, aumento de tributos ou tributação da agricultura ou do agronegócio, como se diz. Isso está na palavra... Não há como fugir e deixar de enfrentar.

Outra coisa que nos move a estar aqui que não podemos fugir de ter a presença aqui, porque não sabemos, é que o Ministério Público é um elemento sensor de quando funcionam ou não funcionam as políticas públicas especialmente as socioculturais, ambientais e econômicas, fundamentalmente.

Isso nós sentimos, esse movimento, para a maioria esmagadora dos seus membros que tem a sensibilidade, que são treinados assim e tem esse dever, nós sentimos quando há um refluxo quando sentimos quando na verdade não tem médicos, nós sentimos quando tem buracos demais ou não na cidade, porque eles refletem na nossa Ouvidoria que se entope.

E ainda mais pela credibilidade do Ministério Público em virtude da forma como ele atua, da forma como ele está inserido na estrutura governamental brasileira, que faz com que as pessoas procurem, porque ele é um agente produtivo. E, além disso, de tudo isso, nós temos que discutir a política tributária do Estado, porque ela é injusta. E o texto constitucional diz que ela deve ser justa. Eu não estou me referindo agora à agricultura, mas ela como um todo, inclusive a política do imposto de renda nacional. E nós devemos inserir.

E um dado, eu poderia dar um monte de dados. Uma cidade que há muito tempo o Secretário de Saúde, que hoje é Desembargador, ocupava uma Secretaria de Saúde, acompanhando o atual ou o próximo Vice-Governador em visita a Lucas do Rio Verde, detectávamos na época, eu como Procurador de Justiça, toda as grandezas e as razões que ter um alto índice de IDH, por exemplo, em Lucas do Rio Verde. Eu poderia citar várias aqui. Conheço este Estado plenamente.

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 16H33MIN.)

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - Hoje estamos caminhando preocupados... Vamos fazer concurso público para por mais promotor criminal na cidade de Lucas do Rio Verde, porque tem lugar que a polícia não entra.

O que aconteceu? Em 2015 o IBGE trouxe a nós uma informação fundamental. O Brasil não se moveu. Só houve movimento, porque o êxodo rural parou. E dizem os dados do IBGE. Se o êxodo rural só voltará e será do Nordeste, o que não está acontecendo, foi um erro de que eles cometeram pelo processo de industrialização que ali começou, só haverá lá, mas ele parou, mas houve migração. E migração, toda, fundamentalmente foi para Mato Grosso.

E outro movimento que houve no Brasil foi das grandes cidades para as cidades médias. Então, era óbvio que a população iria migrando para Mato Grosso, para cidades como Lucas do Rio Verde, que não são nossas cidades médias. Isso comprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Por que nós sentimos um aumento da criminalidade, da falta de saúde, da educação, das carências nessas cidades? Porque, eu quero fazer uma afirmação que todo economista sabe disso, a agricultura constitui em nível de comércio, de serviços, estabiliza e não constrói mais, pelo contrário. É uma verdade histórica. Nós temos que assumir isso.

A ampliação dos recursos tecnológicos nos chamados agronegócios conspira também com isso, porque ela diminui. A concentração de terra e de produtos também faz a diminuição disso. O que produz emprego é indústria.

Então, uma coisa que vínhamos falando há muito tempo, eu falando em academias, em todos os lugares que eu posso. Na inauguração de um evento em Sorriso, eu vi que 500 plantadores entenderam o que eu estava dizendo, que temos uma preocupação e que, por acaso, para minha surpresa, não pela inteligência, mas pela oportunidade, o Deputado Wilson Santos colocou alguns dados.

Se não preocuparmos com o excesso econômico que nós temos e apropriamos, que é o chamado excedente econômico, em revertemos esse excedente econômico para a industrialização de Mato Grosso, nós teremos, estou dizendo grosso modo, um aumento da população, uma diminuição de serviços essenciais, do serviço e do comércio e nós teremos um problema social. Isso é dado.

Então, algo tem que ser feito. Se no Estado de Mato Grosso há quase uma monocultura da soja, estou dizendo quase, dominante, que cria poder político e poder econômico, é óbvio que as atenções viram para esse setor econômico. Não é para quem é bonzinho, ruim, nada. É da racionalidade! É óbvio que vivem para isso.

Eu vou dizer uma coisa que dizem há muito tempo, e demagogicamente, sobre o Estado de Mato Grosso, porque não vemos realizar nem planejamento nesse sentido, que é a industrialização de Mato Grosso.

E onde podemos fazer, criar e constituir a nossa indústria? A partir do que nós temos, o Deputado Wilson Santos tem razão, como os outros Deputados têm razão, como a sociedade tem razão, como a academia tem razão, a UNEMAT, UFMT, UFT, todos estão dizendo isso, porque estão vendo os dados e o futuro.

E aí, meus amigos, nós precisamos acabar com alguns mitos.

Eu disse ao Presidente Eduardo Botelho na hora que ele começou a dizer ao Deputado Wilson Santos, embora não tenha comunicado, que há tempos eu não o vejo, que óbvio por uma mesma visão histórica, que eu iria dizer aos senhores o seguinte: nós precisamos acabar com alguns mitos.

Mito é sinônimo de falsidade ou de ilusão; o mito do pioneiro, estava conversando com uma representação, num lugar importante de decisão, importante instituição de Mato Grosso, com alguém representando o comércio; e, num dado momento da conversa sobre esse tema, ele disse: “Ah, eu tenho uma dó, porque eles foram os pioneiros”, se referia aos agricultores, especialmente, talvez, aos pecuaristas também, e eu fiquei pensando aquilo que o próprio Deputado Wilson Santos disse, ninguém é daqui.

Se temos de usar essa fala mitológica, falsa, encobridora, mitológica do pioneiro, os índios são pioneiros, que são homens que vieram lá de cima, atravessando e atravessaram a América Central e estão aqui, e muitos querem matá-los, tenho depoimentos assim, matá-los por

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

mais um grão, por mais um saco de soja, o que é isso! Como é que pode um cidadão de coração, de feitura cristã, de feitura do Estado de Direito, como um membro do Ministério Público, por exemplo, admitir uma coisa dessas, e se fala! (PALMAS) Então, é preciso acabar com os mitos, precisamos desenvolver maior produtividade.

Os técnicos do próprio agronegócio, se eu posso dizer assim, da agricultura, dos organismos independentes brasileiros como a EMBRAPA, por exemplo, que ninguém pode falar mal neste País, muito menos agricultores, muito menos, uma grande criação de pesquisa, toda pesquisa no Brasil é feita por instituição pública, valorizam o setor privado, mas não produz 0,5 das pesquisas brasileiras.

Toda pesquisa que engrandeceu o agronegócio nasceu da universidade, da EMBRAPA, dessas instituições todas! Então, é preciso saber como ela vive, a instituição. Ela vive com recursos. E de onde vêm esses recursos? Então, é o seguinte: muita gente quer fazer igual aos Estados Unidos. Vamos fazer igual aos Estados Unidos: 50% da pesquisa lá são feitas a fundo perdido pela indústria. Que o agronegócio, se assim pode ser, que façam eles as pesquisas, então, com o seu custo.

E aí nós teremos outro regime, outra estrutura. E é possível fazer isso em Mato Grosso? Esta possibilidade? Eu estou falando daquilo que estamos enfrentando. Todos são pioneiros. Os trabalhadores que subiram nos tratores com correntões para abrir áreas por enriquecimento e concentração de riqueza de alguns são pioneiros. Se esse senhor que colonizou a área é meu herói, também o motorista de trator é meu herói.

O homem que foi do caminhão que atolou, que conduziu os bens, e essa pessoa se apropriar de uma área de terras, que levou insumos e leva insumos, é meu herói também, porque é pioneiro, levou sua família, levou sua esperança. E o que ele quer é escola? Ou pode só um levar sua escola para fora do Estado ou para a Capital e os demais não podem levar para a escola? Já que não pode, queremos escola no local, porque nós estamos vendo tudo isso.

Eu não gosto quando um promotor de justiça diz que está enxugando gelo, porque o seguinte: nós nunca vamos acabar com a corrupção do ser humano, parem, mas podemos diminuí-la. Nós nunca vamos acabar com essa selvageria da violência do Brasil. Meu Deus! Perdemos mais gente que a Síria. Mas ela pode e deve ser diminuída. Mas isso é dinheiro, gente! É distribuição de renda. Mas fazer o quê? (PALMAS) Então, nós estamos de frente a um dilema. E eu vou mostrar como esse dilema se apresenta para não apresentar outros dados.

Eu quero dizer aos senhores, para não entrar em outras questões, antes de fazer uma ênfase, como é que nós aumentamos o comércio, o emprego no comércio? Nós temos que aumentar as indústrias. Não me contem esse mito que o agronegócio vai aumentar o comércio do Brasil.

No Estado de Mato Grosso, chegamos a uma estagnação, porque nós mesmos defendemos que o agronegócio tenha desenvolvimento de tecnologia para ter mais produtividade, que a pecuária tenha desenvolvimento de tecnologia para ter muita produtividade. Ele tem que comprar conhecimento, comprar pesquisa. E nós temos que desenvolver no Estado para não irmos para fora. Isso é um desafio da Secretaria de Cultura, da Educação do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Então, nós temos um grande trabalho no Estado do Mato Grosso, porque nós estamos dependentes de sermos produtores de produtos primários, e além do mais é quase uma monocultura, e precisamos resolver os nossos problemas.

Eu poderia dizer para os senhores que nós estamos agora... Para fazer uma conta, hoje passei em numa reunião para fazer concurso para Promotor, e só temos recursos para 6 vagas, e nós precisamos de 30. Você pergunta ao Judiciário, pergunta à Polícia Civil, pergunta à Polícia Militar, que são o que sistemas para dar a segurança para os senhores... Eu não posso fugir, o Ministério Público não pode fugir, eu digo isso internamente, e ouço eles dizendo, o Mauro Curvo, por exemplo, esse moço que é Procurador-Geral e está procurando a sua reeleição, diz isso toda hora, não com a ênfase que eu digo em público, porque gênios são diferentes. E o José Antônio, o outro que é candidato, diz toda hora, porque nós não temos de onde buscar mais, e se nós tirarmos todos os instrumentos que nós temos, ficará uma selvageria este Estado. Nós estamos no desafio.

Agora quem resolve isso? Nossos economistas. E eu quero dizer para os senhores, eu vi uma apresentação de dados, acompanhei, mas os dados são dados, agora, mesmo que esses dados sejam verdadeiros - e acredito -, nós queremos outros dados. Vou dar um exemplo, alguém disse que a produção de ICMS, arrecadação de ICMS em Mato Grosso, 50% é do agronegócio, eu queria que fosse 10%. Vejam se me entendem, mas que fosse o mesmo volume de dinheiro, e que 40% viessem da indústria, que aumentaria outro volume de dinheiro.

Eu não ligo, defendo que se diminua a taxaçoão e a tributação do agronegócio. Se ele pega seu excedente econômico e aplica aqui... E a culpa não é só da Lei Kandir, não.

Nós temos que aplicar e acreditar como acreditamos nas terras do Brasil e de Mato Grosso, também no processo industrial, reinvestir. Quem conhece as usinas de açúcar de Alagoas, Sergipe, sabe que as mesmas condições sociais continuam. Mas quem conhece de Barrinha, Sertãozinho, Ribeirão Preto, sabe que é outra história, os usineiros aí, barões do negócio, oligarcas, pararam uma hora e resolveram reverter o excesso econômico na indústria. Não tem região mais promissora, de melhor viver do que é hoje em São Paulo, um lugar buscadíssimo, essa região, e outras também por isso.

E por último, eu queria dizer para os senhores, vou dar um exemplo, especialmente, porque há muitos representantes do agronegócio. É claro que nós estamos fazendo e tomando algumas medidas atuais, algumas coisas acontecerão essa semana, os senhores saberão, exatamente por isso que eu estou dizendo.

Todo agricultor tem que dar a mão ao céu pelo regime de águas em Mato Grosso. Eu não sou agricultor, mas eu sei que ele tem que dar mãos ao céu.

Ele planta uma safra, planta outra safra, e aí planta uma safra, que eu vou dizer no jargão como conhecemos, que é a safrinha, e ele quer pôr um pivô, porque a mesquinhez da acumulação é de tal ordem que muitos plantadores - isso que eu estou dizendo, quem me disse foram os plantadores de soja -, aqueles que começaram a ficar acesos. Ele diz: "Se eu começo a fazer isso, além de ser uma apropriação de algo que é de comum do povo, que é o rio..." Porque todo mundo abre a propriedade e acha que tudo é dele, a fauna, a flora, a água e tudo mais. Cultura e mito que também têm que desaparecer, porque ela passa das fronteiras. E aí abre o pivô, vai buscar água no aquífero e dizem esses plantadores, e, por sinal, até os maiores. Olhem a contradição. "Meu Deus, eu nunca perdi uma safra", e com isso para o futuro, eu estou criando condições para o meu filho perder

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

a safra. Então, precisamos implantar a outorga onerosa, sim, para organizar a distribuição da água, porque a água não se perde, mas a água potável se perde. Então, são medidas que nós precisamos adaptar ao tempo e viver melhor. Tem gente que vive bem e muito bem, podendo levar seus filhos para a Europa e outros lugares.

Eu gostaria que aquele que vive em Sorriso, uma cidade tão bonita, com aeroporto... Eu sou piloto, e eu credencio ao Xuxa, a sua qualidade, porque ele lutou muito, eu o chamo de Xuxu, porque tinha alguém que o chamava de Xuxa lá, um amigo dele brincando, o Xuxu. Credencio o esforço dele lá, porque eu vejo o esforço. Aquilo é um investimento do agronegócio no meu sentido. Você põe uma infraestrutura, você cria emprego, você cria estrutura que fica, mas se não industrializar, nós podemos... É como se ela fosse levantando a linha e nos trazendo de volta.

Dizia um grande pensador que tem tanto valor quem soluciona os problemas quanto aqueles que problematizam. E eu resolvi problematizar, porque são problemas. A solução não é nossa. O Ministério Público não vai abrir ou impor um Projeto de Lei neste sentido. Quem vai fazer isso são os Parlamentares e as lideranças de negócios deste Estado e as lideranças comunitárias, sociais, enfim, especialmente o Parlamento, pela sua representatividade. Eu estou falando com uma seriedade de preocupação pelas contas que virão. Eu disse aos dois candidatos ao cargo de Procurador-Geral: será a pior gestão de vocês dois, nesses próximos dois anos. Porque teremos que lidar com problemas muito sérios e os maiores problemas serão os de ponta, que é atender aos reclames da população e dos interesses.

Eu rogo que os senhores, lideranças, e que os Deputados, além do processo eleitoral, além do lucro fácil, além do medo da mudança, que encontremos um caminho de construção do Estado de Mato Grosso para que ele tenha as bases possíveis para se tornar um Estado mais rentável, e desculpem-me a palavra, sustentável.

Isso que eu queria dizer aos senhores, eu agradeço imensamente por estar aqui. Eu vim, embora alguns achem que às vezes eu não deva vir, mas eu acho que temos que prestar contas à sociedade, afinal, são os senhores que nos pagam.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Procurador Luiz Alberto Esteves Scaloppe.

Eu acho que o senhor deve, sim, vir e participar. O senhor fez muito bem em estar hoje conosco.

Eu quero combinar o seguinte com vocês: eu vou, com exceção do Senador Jayme Campos, porque eu sou Deputado Estadual e não posso limitar, no caso, o tempo de um Senador. Vossa Excelência fique à vontade! Mas os outros, vamos estipular cinco minutos para dar tempo de todos falarem, porque ainda temos uma Sessão Especial daqui a pouco. Então, temos que encerrar às 18 horas, eu peço aos Deputados e a todos que falarão que daremos cinco minutos a cada um e vamos terminar dentro do prazo.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos. (PALMAS)

O SR. JAYME CAMPOS - Boa tarde, senhoras e senhores!

Permitam-me iniciar a minha fala saudando o nosso Presidente desta Casa, o Deputado Eduardo Botelho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Quero louvar a iniciativa do valoroso e grande Deputado Estadual Wilson Santos de promover esta Audiência Pública.

Exm^o Procurador de Justiça, Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe; Sr. Deputado Estadua Professor Allan Kardec; Sr. Sílvio; representantes da Secretária de Fazenda, Vinícius José Simioni, Pedro Schenkel; companheiro Deputado Valdir Barranco.

Louvar a presença do Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios; Srs. Presidentes de entidades de classe aqui presentes, eu saúdo a todos em nome do Dr. Normando Corral, velho e querido amigo; demais autoridades aqui já nominadas; companheiros e companheiras.

Serei breve na minha fala, até pelo adiantado da hora. Entendo que já foi, praticamente, dito e repetido pelos companheiros que me antecederam nesta tribuna. Entretanto, quero dizer aos senhores que me sinto bastante lisonjeado pelo convite feito a mim pelo Deputado Wilson Santos e compareço de forma muito orgulhosa, de cabeça erguida, com moral elevada, sobretudo, para dirirmos um assunto tão importante inerente à vida da economia do nosso Estado e do seu povo.

E aos mais novos, aqueles que não conhecem o cidadão Jayme Campos, que foi Prefeito por 3 mandatos na sua cidade natal, que é Várzea Grande, Governador do Estado, Senador e Senador novamente, na medida em que muitos daqui, os mais novos, particularmente, ou aqueles que acham que são donos do Mato Grosso, quero dizer que este Estado não nasceu, hoje, e muito menos ontem ou anteontem. Toda essa trajetória, essa história de Mato Grosso, eu tive o privilégio com valorosos homens públicos, empresários deste Estado, de compartilhar do seu desenvolvimento.

Mato Grosso, para aqueles mais novos, aqueles que não o conhecem, iniciou-se na década de 1990 para a implantação, a abertura de novas fronteiras agrícolas nessa região do Brasil central.

Quando foi implantado aqui, Exm^o Presidente Deputado Eduardo Botelho, o Programa POLOCENTRO que veio para iniciar o desbravamento dessa vasta região do nosso Estado, que é a região do Araguaia, onde foram implantados alguns projetos de colonização feitos por um grande brasileiro, gaúcho, Norberto Schwantes.

De lá para cá o Estado, com certeza, pela fertilidade das suas terras, clima apropriado, sobretudo, pela perspectiva de termos aqui um Estado celeiro da nação brasileira, mas, acima de tudo, meu caro mestre, professor Alfredo Azevedo, induzido e incentivado pelo próprio Governo Federal de que, também, ocupássemos outra região do Brasil, que era essa vasta região amazônica. Nós ocupamos, mas não entregamos. Isso fizeram milhares de brasileiros na ocupação da Amazônia brasileira, sobretudo, acima do Paralelo 16. E, hoje, foi constituída uma população heterogênea de brasileiros que vieram das mais diferentes regiões deste País construir uma nova civilização moderna em regiões inóspitas como era o Norte e a própria Região do Araguaia, hoje chamado Norte do Araguaia.

Todavia o nosso Estado cresceu, se desenvolveu e se tornou, para nosso orgulho, o maior produtor de algodão, o maior produtor de soja, o maior rebanho bovino, o maior produtor de milho e assim por diante.

Algumas pessoas me interpretaram de forma errônea dizendo que o Senador Jayme Campos é contra o agronegócio. Repito: não sou contra o agronegócio, porque aqui neste recinto, e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

em qualquer parte deste Estado, não tem nenhum cidadão que é mais do agronegócio do que Jayme Veríssimo de Campos. O meu pai, a minha família tem mais de 300 anos neste Estado. Era pequeno agricultor, pequeno sitiante, pequeno pecuarista. Por isso, tenho a autoridade de falar aos senhores como cidadão que, também, contribuiu com o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, sobretudo, ao lado de grandes políticos aqui que não podemos deixar de falar e de grande empresários que acreditaram em Mato Grosso. Aqui não posso desconhecer a figura de um dos homens que mais lutou para que pudéssemos não só ter a agricultura por meio do agronegócio, sobretudo, a agricultura familiar. Nunca poderemos nos esquecer aqui de um grande e valeroso político chamado Jonas Pinheiro da Silva... (PALMAS)...que somou muito com o nosso Estado, que deu a sua contribuição. Não poderemos nos esquecer de ex-Governador como Frederico Campos, de ex-Governador como Júlio Campos, de ex-Governador como Carlos Bezerra, de ex-Governador como Dante Martins de Oliveira e de outros tantos. E, particularmente, a minha contribuição eu também dei.

Eu conheço, ilustre Deputado bem mais novo que eu, tenho quase 70 anos de idade, o início da implantação da BR-163. A maioria absoluta aqui não conhece! Estão jogando, muitas vezes, conversa fora ou conversa de bêbado com delegado. Eu conheço! Sei a história, como iniciou, desde a primeira renegociação da dívida. E quando a maioria dos nossos produtores estava quebrado, falido aqui, Jayme Campos, então, Governador, que trouxe para Mato Grosso o Presidente do Banco do Brasil para renegociar, em 1991, 1992, a dívida dos nossos produtores, juntamente com Jonas Pinheiro, com Louremberg e outros tantos. E renegociar por meio da securitização para que pudéssemos dar um solavanco.

Aos mais novos, vejo aqui Leôncio Pinheiro aqui, irmão de Jonas, eu quero dizer que Mato Grosso quando assumi o governo produzia 4 milhões de toneladas.

Quando deixei o Governo de Mato Grosso, meu caro amigo Rui, o deixei com quase 9 milhões, ou seja, deu um solavanco de 100%. Saiu de 4 e foi para 9, quando tive o privilégio de escolher um produtor rural para ser meu Secretário e, por sinal, muito competente, que foi Aréssio Paquer, que fez toda a articulação e nós conseguimos.

No meu tempo, Deputado Eduardo Botelho, máquina agrícola, meu caro Prefeito Luiz, não pagava ICMS. Eu era o maior incentivador, naturalmente, de algumas renúncias fiscais para buscar o crescimento. De lá para cá vieram, naturalmente, outras modelagens em relação à economia de Mato Grosso. Desde o quê? Da criação dos incentivos fiscais, sobretudo, quando o Dante criou, teve uma luz que deu de criarmos, naturalmente, o incentivo em relação ao algodão. Veio a implantação, a criação da Lei Kandir, que é um grande instrumento e ferramenta para fazer a compensação para os Estados em relação à perda que tinham, naturalmente, quando exportavam e eram isentos de ICMS, PIS e CONFINS. De lá para cá nós vivemos um novo quadro no Brasil, vivemos um novo momento. Tudo tem que ter refeito o seu conceito, na sua plenitude, sobretudo, uma nova modelagem que vai permitir buscarmos um crescimento econômico, social, mas, acima de tudo, buscarmos melhor distribuição de renda.

Vou dar um dado a Vossa Excelência, Professor Allan Kardec, meu Deputado, que é bem mais novo que eu: na década de 1994, 1995, Mato Grosso no seu IDH, quando foi criado o IDH, porque não existia esse instrumento, essa ferramenta para medir, Deputado, que é o Índice de Desenvolvimento Humano, no *ranking* nacional era 14º. E veio o agronegócio, o incentivo da Lei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Kandir quando vi os dados, amigo representante do IMEA, da FAMATO, falando das maravilhas do Agronegócio, de tudo o que soma, de emprego, de ICMS... Nós éramos o 14º! Hoje, nós somos o 12º. Eu pergunto: se toda essa riqueza que o agronegócio gerou durante esses 30 anos, Deputado Wilson Santos...

Essa riqueza foi concentrada na mão de meia dúzia aqui, em Mato Grosso, Deputado Pedro Satélite. (PALMAS) Só 2% nós melhoramos em 30 anos!

Isso aí é o seguinte: há uma descompensação tão grande, chama-me a atenção, de que temos que melhorar essa performance por meio de um debate. Ninguém quer ir para o enfrentamento. Queremos fazer um debate franco, junto com a sociedade, para fazer com que a distribuição dessa riqueza chegue pelo menos perto dos menos afortunados, dos trabalhadores, como disse o professor Scaloppe, que também sobe na máquina, sobe na boleia do caminhão para transportar e tirar da roça esta riqueza.

Essa é a tese que eu tenho. Não sou contra o agronegócio, muito pelo contrário, não tem um cidadão que defenda mais o agronegócio do que o Jayme Campos; que defenda a redução do ICMS em óleo diesel. Tivemos uma discussão ampla com o Governador eleito, que vai tomar posse, Mauro Mendes, para reduzir de 17% para 12%, num prazo de 90 dias, 120 dias, para ver se, de fato, evolui essa receita, ou seja, o consumo de diesel. Ao invés de abastecer em Goiás ou abastecer em Mato Grosso do Sul, lá paga 12%, aqui paga 17%, ver se, de fato, chega num ponto que é possível reduzirmos. Com isso, toda a economia do Estado ganha.

Agora não podemos hoje, meus amigos... Queria falar muita coisa aqui. Tenho um calhamaço de papel aqui, pessoal. Sobra pedra sobre pedra na praça aí.

Eu só vou dar um exemplo para não me aprofundar no assunto. Não venham querer me acuar como alguns querem acuar Jayme Campos. Não sou filho de pai assombrado. Sou Senador de todo o povo mato-grossense (PALMAS). Não sou Senador de segmento isolado.

Eu tive a coragem, quando lancei a minha candidatura, de dizer: Serei Senador de todo o povo mato-grossense; não serei Senador de segmentos isolados; não faço campanha bancado por qualquer que seja, faço campanha com o meu dinheiro, dentro das minhas limitações e não saiu devendo ninguém depois das eleições. Por isso exijo respeito. Ninguém vai me acuar. Vou à trincheira para lutar para que este Estado aqui não seja de uma casta de barões e tubarões, daqueles que usufruem das riquezas deste Estado e não devolvem coisa alguma.

É inconcebível, Deputado Wilson Santos... Vou dar apenas um dado a Vossa Excelência, tenho mil, mas vou parar por aí ou vai ser fogo para tudo quanto é lugar. Quando o Dante de Oliveira implantou a Lei de incentivo ao algodão tinha um parágrafo que dizia o quê? Que o cidadão tinha que fazer o manejo da terra para eliminarmos o bicudo em Mato Grosso. Bacana! Essa lei venceu no ano passado, em 2017, Deputado Wilson Santos. Foram reeditar a Lei. Reeditaram a Lei e excluíram este parágrafo e, o mais grave, um cidadão arrepiou, não quis assinar. Tinha que assinar várias pessoas e ele arrepiou. O “cara” falou: “Não, tem que assinar”! “Mas, como”? Esses vinte e dois, dos oitenta que estão sendo beneficiados, tinham uma notificação de que na propriedade dele tem o bicudo. Ele não pode receber esse incentivo. “Não vou assinar”! Sublimaram, rasgaram e fizeram uma nova retificação, ou seja, editaram de novo, excluindo para que dos oitenta bacanas que recebem o tal do incentivo, que aqui está de 400 milhões de reais. Não é o que estou falando, está no orçamento do Estado encaminhado à Assembleia Legislativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Desses quatrocentos, para vocês terem noção, de um milhão de hectare de terra que vão plantar de algodão, dado estatístico da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, não é conversa fiada de Jayme Campos, estou com documento que prova - não vim com tempo para perder, já estou velho para mentir para o povo de Mato Grosso - dos 100%, apenas 10% desses bacanas levam os 400 milhões. Outros são uns coitadinhos aí, que eu sei. Trezentos hectares, quatrocentos hectares... Esses estão fora, gente!

Eu defendendo a tese da progressão, da taxaçoão ou da cobrança do novo modelo, na ordem progressiva: 500 hectares, fora; 1.000 hectares, fora; 1.500 hectares, fora, até 2.500...

E se estou falando isso, você acha que sou guri? Tenho quase 70 anos e tenho uma história neste Estado. Não sou uma pessoa qualquer. Na política, eu tenho seis mandatos dados pelo povo. Eu também sou empresário e empresário sólido. Não sou nenhum picareta, não. Sou sólido! Pode ter igual a Jayme Campos, mais do que Jayme Campos é conversa também para boi dormir.

Eu não posso aceitar que essa meia dúzia que está sendo beneficiada continue sendo beneficiada e não quer largar da mamadeira da vaca, não é nem da teta, é do laticínio (PALMAS).

Nós temos que rever esse conceito em Mato Grosso, pessoal! Temos que olhar com outra visão a agricultura familiar! Dos 110 mil produtores, cadastrados aqui, 106 mil são pequenos e médios produtores.

Vocês sabem quantos assentamentos tem em Mato Grosso? Muitos aqui não sabem. Tem quase 720 assentamentos e muitos estão vivendo abaixo da linha da miséria, sem nenhuma participação, sem nenhum incentivo do Governo do Estado, muito menos do Governo Federal, porque quando vai fazer um pequeno financiamento no Banco, exigem até a certidão da tataravó dele e nunca ele consegue.

Precisamos mudar esse cenário de Mato Grosso, caso contrário, daqui a pouco, os nossos filhos serão peões de muita gente aqui. Eu não quero um Estado onde o nosso povo seja refém, muito menos peão de meia dúzia de abastado, de tubarões e barões aqui em Mato Grosso.

Ninguém vai me calar! Vou reagir. Estou pronto ao diálogo. Sou defensor do agronegócio desde que se faça de forma equânime e, sobretudo, de forma isonômica.

Não posso acreditar que um Estado como este aqui, e não vou dar mais números, vou parar aí, Deputado Wilson Santos... Esse é um caso só do incentivo da Lei do Algodão. Tem mais aqui! A hora que batermos nas notas, Sr. Mário Cândia, da simples remessa de soja, que fala que vai para tal lugar para exportar, que fica no mercado interno, esmaga aqui, faz óleo fino, degomado, faz a plantaçoão da soja e não paga ICMS, vai para a cadeia. Muitos barões e tubarões têm que irem presos aqui em Mato Grosso. Vai em cana! E não é conversa fiada, não, tem papel!

E aqui quero pedir uma oportunidade... O Scaloppe está aí? (PAUSA). Já foi. É uma pena! Vou mandar um recado para ele: quero saber onde está o Ministério Público.

O Governo brasileiro travou uma luta – como os senhores lembram muito bem – à questão do algodão. Chegamos a um denominador comum, o Governo Americano entendeu que tinha que transferir para o Governo brasileiro 300 milhões de dólares, um bilhão e pouquinho agora, que veio criar um fundo e agora criaram a tal da APA, que esse dinheiro foi para a APA.

O que eu defendo, pessoal? Vamos industrializar a nossa produçoão! Esses 400 milhões que são de incentivo, vamos colocar de incentivo para a indústria, para gerar emprego e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

gerar indústria aqui na região metropolitana, hoje, que está empobrecida, que tem mão de obra, que tem o centro de treinamento, SESI, SENAI, para treinar. Vamos colocar aqui com incentivo, ao invés de dar para esses bacanas, vamos dar para a indústria transformar.

É inconcebível que sai a nossa pluma, vai embora para China e vem de terno, gravata, camisa. Não! Vamos produzir aqui, transformar para gerar emprego, gerar renda, ICMS, para o Governo de Mato Grosso. Essa é a minha tese e ninguém pode discordar de mim. São verdadeiras, pessoal!

Se alguém quiser me questionar se estou mentindo, faça! Está aberto o diálogo. Vai me dar até gás aqui, vou abrir o saco de ferramenta, que não é pouca, é bala para tudo quanto é lugar.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Defendo melhorias. Estarei lutando, em Brasília, com a minha experiência, para melhor a questão da logística; construção, naturalmente, de um transporte intermodal descente, através do transporte aquaviário, ferroviário, que está aí; lutar, naturalmente, para fazermos a Ferrogrão, desde que não seja nenhum esquema de uma meia dúzia, que estou vendo aqui, vai ter que me explicar lá no Senado.

Você tem dúvida?

Ontem eu participei e disse: eu quero ser membro da comissão de infraestrutura.

Vamos ver para onde vai o dinheiro do povo brasileiro via BNDES, via FCO, via SUDAM, via inferno.

Chega meia dúzia de bacana e constrói uma ferrovia para ele...

E aqui eu vou fazer um protesto para o Normando, eu não vejo o representante da APROSOJA aqui.

O tal do Dr. Galvão não está aqui. Eu queria pegá-lo na reta aqui hoje para debater com ele. Onde ele está?

O que o Galvão está propondo? Quer para reeditar... A que ponto chegou Mato Grosso! Para reeditar o FETHAB II, ele quer o seguinte: o Estado arrecada o FETHAB II, põe numa conta e coloca os que recolheram, ou seja, os bacanas, os tubarões e barões, para serem sócio da Ferrogrão.

O governo ainda vai ter o trabalho de arrecadar e falar: “está aqui, bacana, 500 milhões para você. Vocês serão sócios em 25% da Ferrogrão”.

É muito fácil! Vou ser sócio com o dinheiro do povo de Mato Grosso. Coitado. Vai recolher, vai ficar no bolso... Não!

Já botei lá, já sinalizei, não aceito. Vou denunciar ao Ministério Público, na ONU, em Honolulu, onde tiver que denunciar. Não aceito!

O Estado ainda vai arrecadar!

Se brincar, o Estado vai pagar para arrecadar e vai devolver esse dinheiro para construir, para ser sócio da Ferrogrão.

Ah, isso é debochar, é achar que nós estamos... Falar como o Pedro Taques dizia e diz: “Bobó cheira-cheira”. Ninguém é bobó cheira-cheira.

Estão achando que isso aqui é o quê? É um fazendão de meia dúzia? Não. Aqui não é fazendão de ninguém.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Este Estado tem uma história, como o Deputado Wilson Santos relatou aqui. Aqui já teve 20 mil habitantes, Cuiabá, em 1900. Não é isso, Deputado Wilson Santos? Aqui já foi três Estados.

A lei de divisão, quando foi implantada, em 1978 - eu participei da discussão na Escola Superior de Guerra -, vi o Governador aqui dividir o Estado. O Estado cumpriu, em três, em parte, o Estado cresceu e todo mundo deu sua contribuição.

Agora, encerrando, Presidente Eduardo Botelho, estou de coração aberto.

Muitos dos senhores talvez não me conhecem. Eu sou um político talvez diferenciado. Talvez eu peque muito pela língua maior que boca, porque eu sou verdadeiro - eu sou verdadeiro! - e, para mim, só vale a política quando eu posso externar e expressar os meus sentimentos, as minhas convicções e os meus ideais. Caso contrário, não vale coisa alguma a política para mim, porque eu vivo do meu suor, não sou picareta da política, não faço da política um balcão de negócios.

Eu faço política porque eu gosto de política. O meu pai foi prefeito dois mandatos, foi vereador, meu irmão foi quase tudo neste Estado e, se eu sobrevivo até hoje, e pode vir os modernos, os bacanas, *whatsapp*, com não sei o quê, com *facebook*, que está o velho Jayme Campos, só com o meu nome, com a minha história, com o meu trabalho e, acima de tudo, com o respeito que eu tenho pelo povo de Mato Grosso e a lealdade dos meus amigos.

Cheguei de novo. E com pouco, hein? Só com minha história. Fiz 62% dos votos só aqui na Região Metropolitana da Região do Vale do Cuiabá, aqueles que me conhecem. E onde conhecem Jayme Campos votaram no Jayme Campos.

Jayme Campos tem serviços prestados, tem trabalho. Ninguém pode esquecer que Jayme Campos, mesmo diante das dificuldades como governador, foi o governador que implantou a UNEMAT, a Universidade deste Estado.

Quando eu criei a UNEMAT me chamaram de doido.

Sabem por que eu criei a UNEMAT? Porque eu achava e acho que o filho do pobre deste Estado também tem que ter direito ao ensino de 3º grau, ter também o seu diploma de médico, de dentista, de engenheiro.

Criei a UNEMAT e esta semana, anteontem, recebi uma homenagem aqui pelos anos de instalação. Trinta mil filhos de trabalhadores se formaram nela e hoje tem 22 mil alunos.

Pela história que Júlio Campos e Jayme Campos fizeram na implantação, seja na pavimentação asfáltica da BR-163, levando o tão sonhado alfalto.

Júlio Campos, para segurar naturalmente os pioneiros que chegavam ali, levou a pavimentação asfáltica até o trevo de Santa Helena e Jayme Campos levou até Alta Floresta.

Não satisfeito, levei a linha de transmissão, interligando essa vasta região do meu Estado ao Sistema Nacional de Energia, não só aqui como também a Região do Araguaia.

Esse, meu caro amigo Deputado Pedro Satélite, Deputado eleito Sílvio e aqueles que me conhecem, é o trabalho que Jayme Campos faz.

Jayme Campos quer um Estado para todos. Jayme Campos quer um Estado também para o pobre, para ouvir os menos afortunados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Jayme Campos não quer ver, o que vi na campanha, cidadão deste Estado, sair de Comodoro e ir a Cáceres, duas vezes por semana, para fazer hemodiálise. Sofrido. Andar 580 quilômetros, saindo bem cedo, de madrugada, voltando de noite para dormir na sua casa.

Jayme Campos não quer ver criança, como eu vi em Canarana, estudado em tatarsal, onde se faz leilão de burro, de vaca, de cavalo, de boi.

Não é esse o Mato Grosso que eu quero.

Eu quero um Mato Grosso com mais oportunidades e com mais justiça social.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo Vossa Excelência pela oportunidade.

Sobretudo cumprimento os Excelentíssimos Deputados, os Srs. Presidentes de entidades de classe, e aqui eu quero me dirigir ao meu amigo particular Normando Corral e dizer ao senhora que estou disposto ao diálogo e ao entendimento, mas transmita aos demais - eu não sei se tem mais algum representantes de classe aqui -, que não venham afrontar Jayme Campos. Não me afrontem. Perdi o medo depois que perdi o meu filho. Sou um homem corajoso, determinado e destemido.

Vou fazer do meu mandato um exemplo, mas um exemplo na defesa intransigente das boas políticas públicas para este País, acabando, se possível extirpando de uma vez por todas os desmandos, sobretudo de roubarem a esperança de milhões de brasileiros que muitas vezes estão à mercê de boas práticas e de boas políticas públicas neste País.

Encerro, Deputado Eduardo Botelho, dizendo que Vossa Excelência está de parabéns.

Não corra da arraia. Mande reabrir a CPI das Cooperativas. Não pode ficar arquivada. Arquivaram sem grandes explicações.

Temos que reabrir a CPI das Cooperativas aqui, que deu um prejuízo de mais de 2 bilhões na medida em que eu desconheço fazer cooperativa mãe, pai, dois filhos, dois peões. Isso não é cooperativa. Isso é roubar o povo de Mato Grosso e achar que nós somos bobó cheira-cheira.

Muito obrigado, Sr. Presidente! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Parabéns, Senador Jayme Campos.

Eu quero colocar aqui aos Deputados, porque vou chamar os Deputados, que inicialmente eu tinha dado cinco minutos, mas devido à fala do Senador reduzimos para quatro.

Vou começar com o Deputado eleito Xuxu Dal Molin, depois os Deputados Pedro Satélite e Professor Allan Kardec e daí por diante.

O SR. EDERSON DAL MOLIN (XUXU DAL MOLIN) – Boa tarde, cidadãs e cidadãos do nosso querido Mato Grosso.

Quero me apresentar, sou Xuxu Dal Molin. Chamam-me assim desde que nasci. O meu nome é Ederson.

Pela primeira vez fala nesta tribuna; e agora como Deputado eleito.

Eu acho que o principal objetivo aqui é debatermos as soluções dos problemas e como vamos chegar ao resultado para melhorar a qualidade de vida para o nosso povo.

Nós iniciamos um ano praticamente sem esperança. Estamos terminando o ano com esperança de que nosso País e nosso Estado vai realmente entrar nos eixos. Para isso, a primeira coisa que temos que discutir é realmente o que o cidadão botou na urna, gente!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Não vou me alongar aqui com história, com isso, aquilo - eu trato todo mundo igual -, tive quase 50% dos votos do Município de Sorriso, dos votos válidos, e não foram de agricultores, foram do povão, povo agricultor, realmente fez a diferença não passa de mil e poucos agricultores. Então, aqui eu falo em nome do cidadão. Mas eu tenho que trazer à tona a verdade, eu aprendi em Brasília, em 2008, quando eu trabalhei como assessor do então Senador Gilberto Geller, que tem que ser bom para todo mundo, nós não podemos tipificar um em detrimento do outro e a eleição acabou. O povo votou na urna o voto de esperança. Mas, para resultados e mudar o nosso País, acredito que o melhor programa social para o cidadão, para um pai e uma mãe de família, é um bom emprego e depois ter saúde para sua família. É isso que faremos em Mato Grosso após os quatro anos, é isso que eu me propus e vou ajudar o nosso Governador eleito Mauro Mendes a fazer isso.

Trazendo a verdade, primeiro de tudo, gente, nós já temos o mundo todo contra nós. O mundo é competitivo, capitalista, eles querem comprar comida de graça de nós. E eu quero parabenizar cada agricultor, produtor, madeireiro, pecuarista, desde os assentados, porque eu ajudo os assentamentos, eu não tenho hipocrisia, trabalho todos, que não desistiram deste Estado, deste País, mesmo com todas as crises, vocês são heróis. (PALMAS).

O mundo todo é contra nós, então, nós temos que nos unir, gente, todos os Deputados! Eu quero me apresentar e parabenizar o Deputado Wilson Santos e o Presidente Eduardo Botelho pelo debate, a todos os Deputados desta Casa, Deputado Prof. Allan Kardec e aos novatos, como eu, vamos nos unir, gente, vamos trabalhar! Não que eu seja contra defender os seus interesses, mas tem que ser interesses legítimos que possamos ter realmente a sustentabilidade no desenvolvimento. É aí que eu quero trazer algumas coisas, o desenvolvimento do setor produtivo alimenta uma cadeia produtiva enorme desde a borracharia até o mercado, até o hospital, todo mundo ganha com isso.

Nós estamos fazendo muito, eu sou produtor também, eu estou dos dois lados, estou no lado político e no lado do setor, mas eu nunca tratei as pessoas de uma forma diferente. Nós temos que... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo um minuto para o senhor concluir, Sr. Ederson.

O SR. EDERSON DAL MOLIN - Sr. Presidente, eu vou pedir para alguém dispensar então, porque é importante.

Só para informações verídicas aqui, nós consumimos 30 litros em média de diesel por hectare para produzir soja, então, tem muito FETHAB do diesel que alimenta (PALMAS) os nossos impostos aqui.

Fernando Henrique Cardoso só fez a securitização, porque nós ficamos mais de dez dias acampados e ele ia cair, se não tivesse feito nada. Vendeu toda a nossa Amazônia para o mundo, sem dar a renda para quem banca as nossas reservas. Eu não sou contra a reserva, nós temos que ter porque nós vivemos aqui, bebemos da nossa água e tem que ser limpa. Mas tudo tem que ter renda, gente. É isso que quero falar para vocês.

Nós temos que fazer com quê, Sr. Presidente, a ideologia...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo mais um minuto, ao Deputado Xuxu Dal Molin.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

O SR. EDERSON DAL MOLIN (XUXU DAL MOLIN) – Se nós colocarmos impostos na água, esse produtor vai receber, pagar e aumentar o sabe o quê? A comida do povo, é isso que está sendo debatido aqui, como foi o FEEF, aumentou o frango, aumentou o suíno, porque o frigorífico teve que pagar e tirou do lombo da mãe de casa que vai para o mercador.

Por isso que, primeiro de tudo, Sr. Presidente, para finalizar, temos que fazer o dever, que o povo votou em nós: desde o Bolsonaro até nós aqui.

Reforma administrativa: enxugar máquina, temos que enxugar tudo isso, combater a sonegação para aumentar a arrecadação e fazer o desenvolvimento gerar mais emprego e renda, só isso, depois se tiver que, discutiremos a Lei Kandir. E o Sr. Jayme Campos tem que sair com uma missão daqui, fazer a regulamentação do FEX lá, cada um tem uma missão aqui, gente. Cadê o Governo Federal? Não cumpre com o papel dele, com Mato Grosso...(INAUDÍVEL - TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Próximo inscrito, Deputado Pedro Satélite.

O SR. EDERSON DAL MOLIN (XUXU DAL MOLIN) – Obrigado, e que Deus abençoe, bom natal e um feliz ano novo a todos. (PALMAS)

O SR. PREDRO SATÉLITE – Boa tarde a todos! Cumprimento o Sr. Normando Corral, Presidente da Famato, nosso querido Presidente, Deputado Eduardo Botelho, colegas Deputados, Senador Jayme Campos.

Eu quero ser bem breve, mas farei algumas colocações, que já estou aqui há 27 anos e com muita tranquilidade.

Em 1977 fomos chamados pelo Governo Federal, como já foi citado aqui, ocupar para não integrar, aí eu vejo o seguinte: todos contribuíram, nós migrantes Sul do País fomos muito bem aceitos, Senador Jayme Campos, pelos índios, pelos mato-grossenses, pelos cuiabanos. E este Estado é o que é, porque foi essa união de forças, Wilson Santos, todos. E quero parabenizar o agronegócio, mas parabenizar também aquele cidadão, o industrial, aquele comerciante, o empresário, o dono do boteco, o professor, o padre, o pastor, que esses também contribuíram para este Estado.

Foi um conjunto de esforços, não foi apenas um segmento. Eu falo isso com tranquilidade e tenho apoiado, sim, esse segmento que está sendo discutido. E parabéns, Deputado Wilson Santos, por trazer esse debate aqui para a Assembleia Legislativa, por ter apoiado no momento. E me lembro muito bem de que nós apoiamos aqui o pró-algodão. Era o momento que o Estado precisou, sim, dar um incentivo, o pró-madeira e depois por meio do PRODEIC, tantos incentivos que nós demos. Era o que tinha que ser feito naquele momento, mas hoje alguma coisa, Senador Jayme Campos, está errado neste Estado. Não tem dinheiro para pagar nem sequer a folha dos funcionários. E aí alguém pode dizer: “Ah! Os ladrões que roubaram”. Eu não me enquadro. Quero apenas aproveitar este momento também. Tenho 27 anos de vida pública, não tenho nenhum processo, nunca fui nem convidado para prestar esclarecimento. E os que erram vão pagar. Agora, alguma coisa está errada neste Estado, um Estado rico, com riquezas naturais, terras férteis. Então, esse debate, Deputado Wilson Santos, ele tem que ser feito, ser discutido e tem que ver quem pode contribuir para melhorarmos a arrecadação do Estado. Sinto aqui que eu tenho cobrado isso de vários governadores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

O ICMS de 17% do óleo diesel tem que baixar para 12. Por quê? Os caminhões chegam à entrada do Estado de Mato Grosso, colocam o tanque de dois mil litros, entram no Estado, vão embora, levam a riqueza e não abastecem, porque aqui são 17%. Aqui no estado vizinho são 12%. Põe aí que arrecada muito dinheiro e já melhora a condição também, esses pagam e melhoram a condição para o agronegócio, porque eles vão pagar só 12% de imposto do óleo diesel.

Enfim, Deputado, quero parabenizar essa ideia e esses grandes debates têm que ser feitos.

Para encerrar, quero dizer que um debate que nós fizemos aqui num determinado momento quando se privatizou a Rede CEMAT, era um cabide de emprego, milhões de pessoas aí, e que poucos trabalhavam, e o Governador Dante de Oliveira teve a coragem de privatizar, quando privatizou o BEMAT... O Governador Mauro Mendes tem que ter coragem, sim, de encarar isso no primeiro mês de mandato. Ver o que tem que ser feito para corrigir as desigualdades que tem nesse... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais 01 minuto para o Deputado concluir.

O SR. PEDRO SATÉLITE – Não preciso de 01 minuto, só 30 segundos.

Vou concluir aqui dizendo que, Deputado Wilson Santos, o País mudou, tudo está mudando, não tem mais espaço para ladrão, tem que ser colocado isso, às vezes alguém pode falar: “Ah, o que roubaram neste País”, acabou, não tem mais espaço para ladrão, acabou! Tem Governador na cadeia, já tem Presidente da República na cadeia e tem que ir para a cadeia mesmo.

Então, hoje o assunto não é mais ladrão, o assunto é desigualdade que nós temos no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado e que Deus abençoe! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado.

Em tempo, quero cumprimentar, convidar aqui o ex-Vereador por Cuiabá, Professor da UFMT Wanderlei Pignati, pode vir aqui também e, depois, fazer também o uso da palavra.

Eu vou convidar, agora, o Deputado Allan Kardec.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Obrigado, Presidente, vou ser bastante rápido, vou deixar os cumprimentos para aqueles que já me antecederam.

Presidente, eu estou há 01 ano e 08 meses na Assembleia Legislativa, e tem duas CPIs que eu consegui estar trabalhando sobre elas, um que é o superendividamento do servidor público, da qual eu faço parte, e cumprimento todos os presidentes de sindicatos aqui presentes em nome do Sindicato dos Profissionais de Educação, que é o SINTEP, e também do Fórum Sindical, o Oscarlino está aqui, e é o seu Presidente.

Superendividamento dos nossos servidores públicos, o endividamento bilionário, um grande negócio, um grande negócio que trabalha com juros abusivos, permitido pelo Estado sem nenhum regramento aqui dentro.

Outra CPI, Neurilan, o senhor foi fundamental para que nós conseguíssemos abrir aqui, que é a CPI dos Fundos, um deles é o FETHAB, outro é o FUNDEB, e nós debruçamos 06 meses sobre os dois assuntos, cobrei ontem nesta Casa o relatório final dessa CPI, e o Presidente da CPI nos apresentou que, na próxima semana, vem os relatórios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Sobre o FUNDEB, onde eu conseguir aprofundar mais, meio bilhão de reais em desvio de finalidade, mas no FETHAB nós tivemos algumas dificuldades, Deputado Wilson Santos, de conseguir informações até pela concepção do próprio FETHAB, tenho discutido muito isso com o Professor Vivaldo, acerca da simplificação do FETHAB, FETHAB I, FETHAB II, FETHAB Diesel. Quem paga o FETHAB Diesel é o produtor? Mas quem tem diesel, quem tem carro a diesel paga o FETHAB Diesel.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que uma das coisas importantes que a Assembleia Legislativa tem feito é esse trabalho de CPI, mas que não pode virar pizza.

A CPI do FETHAB e do FUNDEB, enquanto eu estiver aqui, não vai virar; porque nós identificamos a malversação desse dinheiro; e os produtores têm razão, tudo aquilo que foi arrecadado não foi colocado nas estradas, não foi colocado na sua finalidade. (PALMAS)

E nós, povo, também temos que prestar atenção em outra situação: como que consegue fraudar um fundo que tem mil olhos? Mas tem fraude ainda na arrecadação desse fundo. Nós temos que ter duas palavras em mente, Deputado Wilson Santos, no poder de fiscalização que nos confere, enquanto Deputados eleitos, no memorando da exportação, com aquilo que realmente é produzido e exportado e em relação à questão de reedição do FETHAB em confronto com o deferimento que o setor tem desse recurso. São questões que nós estamos estudando a fundo.

E finalizando dizendo, Sr. Presidente, que nós, esta Casa e o Congresso Nacional, abrimos mão de receita, incentivos fiscais em 2018 batendo na casa de 04 bilhões de reais. Com a Lei Kandir, já bateu na casa dos 06 bilhões de reais que o Estado deixou de arrecadar; e nós não conseguimos arrecadar 10 bilhões com o ICMS, mas abrimos mão de 10 bilhões. Seja 04 bilhões para incentivos fiscais e 06 bilhões por falta de arrecadação de uma porcentagem de 10% a 12% do nosso ICMS. Nós abrimos mão de um valor maior daquilo que arrecadamos de ICMS. Isso não pode acontecer para um Estado que quer prosperar.

Finalizando dizendo que concordo com os meus antecessores em relação à questão da industrialização. Não dá mais para o Estado de Mato Grosso ser exportador de matéria-prima, não dá mais para aprovarmos leis aqui, Sr. Presidente... Que eu recusei assinar, recebi duras críticas do setor produtor de gado, de suíno; porque eu recusei assinar uma lei que incentivava a exportação do nosso gado em pé, a exportação do nosso suíno vivo, atravessando o Atlântico, comendo ração para ser abatido na Europa ou na Ásia.

É isso que fazemos aqui. Nós fechamos as portas dos abatedouros... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo 01 minuto, Deputado, para concluir.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Será suficiente.

Nós estamos exportando suíno e gado em pé vivo. O Estado de Mato Grosso volta então a ser colônia da Ásia, volta a ser colônia da Europa, levando as nossas produções primárias, levando aquilo que conseguimos produzir.

E temos hoje uma configuração nesta Casa muito interessante, Sr. Presidente, com o número de Deputados nesta Casa sem a égide de grupos empresariais que trouxeram eles aqui, com muita possibilidade de fazermos de fato aquilo que precisa ser feito há muito tempo: a reorganização social e econômica deste Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

E eu vou estar aqui, com certeza, Sr. Presidente, que inclusive acredito na Justiça, para os próximos anos vermos este Estado se desenvolvendo, se industrializando, sendo um Estado melhor para se viver.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com a palavra, Deputado Cabo Elizeu... Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Sr. Presidente, só por uma questão de Ordem, quero parabenizar o Deputado, colega e Professor Allan Kardec, somos professores, e com muito orgulho pela sua posição favorável ao caminho da industrialização. Mas eu quero fazer só duas observações na fala do Deputado Professor Allan Kardec.

Primeiro, respeito o trabalho da CPI em relação ao FUNDEB; mas, na nossa visão, não houve desvio, quando na verdade houve um atraso no repasse. Até o dia 31 de dezembro de 2016, os recursos foram recompostos; e os Municípios, todos, receberam integralmente. Então, houve um atraso, sim.

E, em relação ao FETHAB, é importante o Deputado Professor Allan Kardec colocar, companheiro Nelson, que o dinheiro do FETHAB, produtores, já está sendo usado para pagar salários e para pagar outras coisas. Quando Dante de Oliveira criou isso em 2000... Eu era Deputado Federal e lembro bem, à época, eu estava em Brasília, mas acompanhei essa criação.

Na verdade, o FETHAB nasce primeiro em Mato Grosso do Sul e depois vem para cá. Nasce lá, e Mato Grosso também cria o FETHAB aqui, não podia usar os recursos do FETHAB para pagar salário, encargos sociais, dívida e outros investimentos que não fossem para rodovia e habitação.

Só que, em 2007, o Governador Blairo Maggi iniciou a usar os recursos do FETHAB para outras atividades que não as atividades para as quais ele foi criado, em 2000, pelo Dante.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 17H37MIN.)

O SR. WILSON SANTOS – E por que o Governador Blairo Maggi passou a usar? Porque, em nível nacional, criou-se a DRU-Desvinculação de Receitas da União, que depois deu origem a DRE-Desvinculação das Receitas do Estado, que autorizava a usar recursos do Fundo em até 30% em outras atividades diferentes das quais foi criado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Dando sequência, com a palavra, o Deputado eleito Elizeu.

O SR. ELIZEU FRANCISCO DO NASCIMENTO – Sr. Presidente, Srs. Pares Deputados Estaduais, imprensa, aqueles que nos acompanham, companheiros do agronegócio, funcionários públicos, sindicatos representantes das classes trabalhadoras deste Estado.

Sou funcionário público com muito orgulho, cheguei a essa missão delegada, principalmente pelo povo da periferia e também pelo funcionalismo público em geral.

Nós estamos vivendo dias difíceis, dias de sangria no Estado de Mato Grosso, e necessitamos, hoje, de uma pequena parcela dos homens mais importantes deste Estado, que utilizam diuturnamente o solo mato-grossense. O povo mato-grossense, desde o mais humilde

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

vendedor de cachorro-quente, que vem contribuindo com os seus impostos rigorosamente, precisa das parcelas dos senhores para que possamos desencadear uma economia estável no Estado, que se encontra nessa situação.

Venho aqui, hoje, além da gratidão aos mais de 21 mil eleitores deste Estado, venho-me posicionar, porque é hora de darmos as nossas mãos para que possamos fazer um Estado igualitário. E que essa taxaçaõ possa ser de forma temporária.

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 17H40MIN.)

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Não há necessidade que se faça uma taxaçaõ de forma exorbitante, ninguém aqui quer quebrar o agronegõcio, mas precisamos, hoje, da real reconstruçaõ do Estado de Mato Grosso, que se encontra abaixo do fundo do poço. E não há outra fórmula a não ser essa contribuicãõ dos senhores para que possamos manter o compromisso do Executivo com o funcionalismo público, mantendo o pagamento rigorosamente em dia, diferente do que aí está. (PALMAS)

Além de tudo isso, a industrializaçaõ é necessária. É necessário que nós busquemos, lutemos por meio da Casa de Leis do Estado de Mato Grosso para que venha ao nosso Estado a industrializaçaõ. E que assim possamos gerar empregos e renda, além de tudo isso... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - ...Aumentar a arrecadaçaõ do Estado e lá, mais adiante, nós possamos reaver a situaçaõ da contribuicãõ do agro para o nosso Estado. Mas hoje, meus irmãos, nobres Deputados, parabéns, Deputado Wilson Santos, pelo tema, passei a tarde toda aqui dentro atentamente observando números e as palavras do Senador Jayme Campos, que dão um tocante a nós que viemos da periferia e que vemos os nossos familiares muitas vezes morrerem na fila do pronto-socorro por falta de atendimento.

Então, essa é a palavra deste nobre Deputado Estadual, Policial Militar, que está aqui em defesa do funcionário público e também do povo mais humilde do Estado de Mato Grosso.

Meu muito obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Com a palavra, o nobre Deputado Tiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o nobre colega Deputado Wilson Santos, parabenizá-lo por essa iniciativa e cumprimentar todos os representantes do segmento do agronegõcio, a populaçaõ em geral.

Quero dizer que hoje nós estamos discutindo, Deputado Wilson Santos, o equilíbrio das contas públicas. Na verdade, o debate inicia em razãõ do desequilíbrio das contas públicas. E para que possamos resolver essa situaçaõ, nós precisamos rediscutir várias situações. Quero colocar algumas que foram ditas aqui, quero reforçar o meu posicionamento, que antes de discutirmos várias situações, nós precisamos discutir o enxugamento da máquina pública, isso, sem sobra de dúvidas, é fundamental para que a economia do Estado possa voltar a crescer e o Governo possa voltar a investir, principalmente nos municípios.

Precisamos combater a sonegaçaõ, principalmente das *tradings*, e, sem sombra de dúvidas, rediscutir os incentivos e benefícios fiscais, cobrar da nossa bancada federal lá em Brasília

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

a rediscussão da Lei Kandir, porque da forma que está não pode continuar. A Lei Kandir incentiva a exportação, ela inibe a industrialização, nós precisamos rediscutir a industrialização aqui do nosso Estado. Isso passa por onde? Passa pela discussão da Lei Kandir e principalmente das leis estaduais de fomento à industrialização do nosso Estado.

Nós vemos, de quatro em quatro anos, o mesmo discurso dos nossos candidatos, principalmente ao Governo do Estado, que precisamos diversificar a nossa economia, precisamos agregar valor à matéria-prima, mas chegou o momento, a hora de realmente colocarmos isso no papel, isso é responsabilidade, Deputado, de todos nós, desta Casa, do Governo, de todos os produtores. Nós precisamos de cada um contribuir, cada um dar a sua contribuição para que o nosso Estado possa voltar a ser um Estado próspero, e o nosso Governo, independentemente de quem for, do partido A ou partido B, tenha condições de pagar as suas contas. Essa responsabilidade é de todos nós.

Nós precisamos fomentar aqui nesta Casa a discussão dos incentivos e dos benefícios fiscais. Não é justo um segmento pagar 2%, outro pagar 12%, outro pagar 17%, nós precisamos discutir isso, colocar isso aqui em debate, a partir do ano de 2019, para que o Estado possa voltar a se desenvolver e possa voltar a crescer.

Mais uma vez eu quero dizer que, da forma que está hoje, a legislação, a Lei Kandir, ela inibe a industrialização do Estado. É compensador para o produtor exportar, porque praticamente vai pagar quase nada, ou pouco, do que industrializar, é fácil de entender isso. Se você paga menos para exportar, é claro que você vai querer exportar. Então, essa responsabilidade é de todos nós, da nossa bancada federal, de nós, que a partir do ano de 2019 vamos estar aqui nesta Casa, trabalhando para que o Governo possa ter condições de pagar o servidor. É inadmissível colocar a culpa, também, apenas no servidor público, nós culpamos o servidor público, mas a culpa é de todos nós, a responsabilidade é de todos nós, dos agentes políticos, dos produtores que também... Eu acredito que chegou a hora de rediscutirmos os incentivos fiscais, e que o pequeno, aquele lá do assentamento, possa ter a mesma oportunidade que os grandes produtores.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Botelho; Deputado Wilson Santos; quero cumprimentar a todos em nome dos senhores, porque o tempo é curto.

Para virmos à discussão... Eu acho que a discussão mais calorosa vai ser na frente, porque eu não vejo a questão da taxaação, cobra de mais ICMS. Eu acredito num Estado... que o Estado não tem, hoje, uma estrutura suficiente para oferecer.

Estava há pouco, na antessala, falando de uma Brasília branca que meu pai tinha em 1979. Aí um engenheiro inventou uma modernização e trouxe para a alegria de muita gente o carro com injeção eletrônica. E estão indo além. Agora, inventaram o carro elétrico.

Mas vou voltar atrás, em 1975, quando o meu pai veio para o Estado de Mato Grosso. Em 1976 ele usava um trator 1.105. E ele era um trabalhador escravo, até porque morava debaixo de uma lona, era um catador de raízes, gradeava, plantava. Ele não tinha conhecimento de tecnologia nenhuma, não sabia, realmente, como iria produzir o arroz naquele Cerrado onde não tinha madeira reta. Era toda torta. E foi buscar com alguns vizinhos, seo Matsubara, na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Primaverinha, tecnologia para conhecer e começar plantar uma espécie de arroz e, depois, de soja. E daí forma vindo as tecnologias.

A BR-163 era atoleiro. Ficava 15 dias na rodovia. Depois, veio o asfalto que Júlio Campos levou, naquela oportunidade, para que pudéssemos ter mais condições de escoar a safra. Daí mudou o quê? Vai duplicar a BR-163, triplicar, quadruplicar para que possamos oferecer ao mundo o que todos querem que é a industrialização? Trazer uma indústria de automóveis que tem 15, 16, 18 milhões de habitantes lá no Rio Grande do Sul que tem 2 milhões e 300 mil habitantes, que tem em Minas Gerais? Nós temos capacidade para trazer uma indústria de automóveis? Não!

O que nós podemos oferecer para que possamos, realmente, industrializar o nosso produto? Eu acredito que as pessoas deixam de conhecer quando fala de taxar o agronegócio não sabendo, de verdade, o que é a vida do agricultor. (PALMAS) Não sabendo a verdade da vida do agricultor!

O agricultor só aprendeu uma coisa na vida. O meu pai falecido sempre foi agricultor. Sempre foi! Somos oriundo disso.

O agricultor sabe muito bem fazer o quê? Cuidar da sua propriedade. E ele foi, cada vez mais, com as exigências trabalhistas, melhorando. Mas ele sabe arar a sua terra muito bem, calcário, a semente que vai comprar ou que será financiada por um banco privado ou por uma estatal. Ele sabe plantar o adubo necessário, corrigir a terra de forma correta, rezar muito, mas rezar muito para que a chuva venha adequada para que ele possa colher. Se ele colheu 60 sacos de soja por hectares, 50 sacos de soja por hectares, não significa que aquele dinheiro todo é dele. Ele financiou ou se não, se ele não tem condições, da securitização que ele teve que fazer de uma quebra de quase 90% de todos os agricultores do Estado de Mato Grosso na década de 90, 91, 92, que deu daquela grande crise... Ah, para recuperar uma safra de um agricultor precisou de mais: 93, 94, 95, 96, 97, 98. Estava quase saindo do problema agrícola e em 2005, outro baque direto no setor agrícola. A soja que estava sendo cotada a 35, 38, 40 reais a saca foi vendida a 8, 9, 11 reais. “Ah, mas tem uma safrinha, tem o milho.”. É uma correção de terra e se analisar o frete do milho não paga. (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo-lhe mais um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DILMAR DAL BOSCO –... a produção que ele tem na sua terra. Basta qualquer servidor público que está aqui balançando a cabeça... Pegue um carro a *TV Assembleia* ou qualquer imprensa e ande em qualquer lugar que tem produção agrícola, qualquer estrada, qualquer MT, qualquer estrada vicinal, vá a cada agricultor e conheça a realidade dele. Conheça a vida que ele tem. Conheça de que maneira ele vive. “Puxa, vida, no armazém ele tem duas máquinas agrícolas!” Quanto custa? Um milhão e quatrocentos mil reais, com 2 anos de carências e 10 dez anos para pagar. Quando ele está com 2 anos de carência e 4 anos de produção ele não vende por 20% aquele maquinário.

E falei ao Deputado Wilson Santos, nesta tribuna, nesta mesma bancada, e ele estava na outra, o elogiei, disse que o erro não é o agricultor, o pecuarista. O erro é o atravessador, as *tradings* que estão desviando o nosso produto para exportação. É esse o grande segredo... (TEMPO ESGOTADO)...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo-lhe mais um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ... Estou na tese do Deputado Wilson Santos aqui. (RISOS)

O grande segredo, muitas vezes, é colocar a inteligência a serviço do fisco na Imigrantes e ver o quanto de postos de gasolina trocam nota. Isso tudo foi denunciado nesta mesma tribuna. Quando fui eleito Deputado Estadual em 2011 e em 2012 eu já falava das *tradings* e citava nome. Hoje, estou em uma Audiência Pública. Quando me dão o direito na Sessão eu falo e cito nome, inclusive, como eu citei. Não cito, hoje, porque me recaem processos, mas na tribuna, na Sessão da Assembleia Legislativa, eu farei novamente, se for preciso.

É esse o grande segredo, Deputado Wilson Santos!

E Vossa Excelência foi feliz na sua última colocação. Nós temos que rever a questão da exportação, a troca de notas, o destino e as grandes quantidades de empresas que se abrem no Estado de Mato Grosso para fazer a negociação do nosso produto, a soja.

Então, a culpa não é do agricultor que planta 100 hectares, 200 hectares, 500 hectares, 800 hectares, 1.000, 2.000 mil, 3.000 mil hectares! Esses não sonégam...(TEMPO ESGOTADO)... (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com a palavra, Sr. Toco Palma, para falar em nome da OAB.

O senhor tem 4 minutos para falar muito.

O SR. MANOEL ANTONIO GARCIA PALMA (TOCO PALMA) – Boa tarde!

Boa tarde, Sr. Presidente!

Já quase encerrando esta Audiência Pública quero pedir mais um minuto. Não são quatro, não! Se passar mais um... Para todos os Deputados deram mais um minuto. Eu acho que, também, tenho o direito de pedir.

Sr. Presidente, Deputado Eduardo Botelho; Deputado Wilson Santos, quero agradecer por estar falando em nome do Presidente, Sr. Leonardo Campos, que foi reeleito por mais 3 anos na nossa entidade de classe, que é a OAB.

Estou vendo aqui 2 advogados que representam a nossa classe, Dr. Darius, Dr. Evandro, tem uma companheira de Mato Grosso do Sul, também, que está aqui acompanhando a nossa Audiência Pública. Quero dizer que é com muita honra que venho a esta Casa.

Há três anos, Deputado Eduardo Botelho, Deputado Wilson Santos...

Quero também cumprimentar o Dr. Corral, Presidente da FAMATO; meu amigo particular Jorge Pires de Miranda e o representando do IMEA.

Há 3 anos atrás viemos a esta Casa, Deputado Wilson Santos, discutir a reforma tributária. Vossa Excelência se lembra? Não adianta falar em taxar o agro sem falar na reforma tributária e o Estado de Mato Grosso tem que ter uma reforma tributária, urgente. Não só o Estado de Mato Grosso, mas o Brasil.

Nós, militantes da OAB, no dia a dia da SEFAZ - estou vendo ali o Dr. Darius, temos vários processos, Jorge Pires, de comprovação do agro. Se julgarem a maioria desses processos, Mato Grosso irá arrecadar quase 1 bilhão de reais. Estão falando em taxar o agro, tributar o agro, mas vamos fazer o dever de casa primeiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Fo mandado a esta Casa, Deputado Eduardo Botelho, o PAT-Processo Administrativo Tributário e está arquivado na Casa, o Governador arquivou, mandou arquivar.

Não adianta nada, pessoal, falar em taxar o agro sem falar numa reforma tributária. Temos que fazer uma reforma tributária urgente!

Estou vendo aqui o Wagner, representante dos servidores. Temos que dar eficácia ao Estado de Mato Grosso. Está parado. O Conselho Contribuinte do Estado não funciona. Não funciona o Conselho do Contribuinte.

Também, temos que mudar a Lei Kandir. A Lei Kandir, o STF julgou, mandando o Congresso Nacional complementar a Lei Kandir, regularizar a Lei Kandir. O Congresso Nacional teve um ano, o Deputado Wellington Fagundes...

Eu tenho uma ideia, Deputado Wilson Santos, temos que mexer na Lei Kandir. Eu já vi na imprensa - quero cumprimentar todos da imprensa e também os funcionários, o ex-Senador Antero Paes de Barros - que tem Presidente de Sindicato falando para taxar até 5% os produtos que estão sendo importados. Então, temos que mexer na Lei Kandir e esta Casa não vai taxar a exportação enquanto não mexer na Lei Kandir.

O senhor disse, aqui, que Mato Grosso do Sul conseguiu por decreto e foi na Justiça. Nós tínhamos que tomar cuidado, porque Goiás também fez o mesmo decreto e lá foi declarado inconstitucional esse decreto. O Governador Perillo fez o decreto e mandou arquivar. Foi declarado inconstitucionalidade.

Nós não podemos viver mais nessa insegurança jurídica.

O papel da OAB, aqui, é igual o papel da balança da justiça, o equilíbrio. Então, a OAB vem buscar o equilíbrio dessa discussão. É salutar essa discussão... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para concluir.

O SR. MANOEL ANTONIO GARCIA PALMA (TOCO PALMA) – E para terminar, Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência e o Senador Jayme Campos foram felizes em falar que Mato Grosso não foi descoberto agora.

Mato Grosso, todos os seus ex-Governadores, os senhores se lembram, Roberto França foi Prefeito de Cuiabá, fez aquela creche com o nome da minha avó, Maria Lígia Borges Garcia, onde tinha o leite de soja, o senhor aumentou essa creche.

Antigamente, era distribuído o leite de soja nos bairros periféricos de Cuiabá, hoje não existe mais. Então, Mato Grosso não foi descoberto hoje.

Muito bem, Deputado Wilson Santos, eu quero agradecer o seu convite para a OAB e dizer que esta Casa tem que fazer o papel. Vamos combater os processos que estão dentro da SEFAZ. Vamos mandar julgar esses processos, fazer o dever de casa.

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vou chamar o Jorge Pires, depois, para encerrar, o Normando e o Wagner quer falar também.

Antes de encerrar, quero dizer a vocês que estou criando um fórum de discussão para chegarmos à conclusão, porque não podemos ficar só neste debate.

Eu vou pedir a cada setor que apresente nomes de representantes para concluir este trabalho. Agora vamos até o fim. Não vamos ficar só na conversa aqui, encerrar a discussão e voltar daqui a quatro anos. Vamos tocar isso para frente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

O Fórum que vou criar aqui vai ter que apresentar soluções, apresentar um plano para ser aprovado aqui na Assembleia.

Com a palavra, o Sr. Jorge Pires.

O SR. JORGE PIRES – Muito obrigado!

Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Botelho; o Deputado Wilson Santos; o nosso Senador eleito Jayme Campos; o nosso Presidente da FAMATO também, que é o nosso líder, líder dos nossos segmentos.

Senhores Deputados, é com muita satisfação que viemos aqui como liderança das nossas entidades, representando o Sindicato Rural de Cuiabá, a Capital do Estado.

Quero dizer que é de suma importância esta discussão. Ouvimos aqui, hoje, o pronunciamento de todas as pessoas e podemos aproveitar cada palavra dita por elas.

Eu acho que uma das coisas mais importante colocada foi de que esta Casa tem um papel fundamental para esta discussão.

Nós da entidade - eu acho que o Normando vai colocar isso aí, como nosso Presidente, nosso líder - temos total interesse de participar dessa discussão, o nosso segmento. Queremos, inclusive, a oportunidade para demonstrar com mais tempo os números que temos e mostrar a contribuição do nosso segmento para o Estado de Mato Grosso. Queremos, também, na oportunidade, discutir com o Governo do Estado, com esta Casa.

Se tivermos oportunidade, e temos aqui a certeza que os nossos números estão em aberto, o que queremos é um Mato Grosso melhor. Certamente nos dará a oportunidade de vermos os números também do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, das outras entidades, para que possamos buscar um Mato Grosso melhor para todos.

É nosso desejo, de todas as pessoas que moram aqui, buscar um Mato Grosso melhor.

Eu tenho certeza absoluta que a maioria absoluta do nosso segmento não aceita a sonegação. A sonegação é uma das questões que foi dita aqui e que não nos atinge. Agora, a sobretaxação vai nos atingir, inclusive, inviabilizando muitas pessoas que produzem no nosso Estado.

Nós queremos um Estado onde tenhamos uma segurança jurídica. Precisamos dessa segurança jurídica. Temos um Governador hoje que está no final do seu mandato e em comum acordo com esse Governo, nós aceitamos e estamos contribuindo com o FETHAB II. Esse FETHAB II tinha data para começar e data para terminar. O próprio Governador nos disse, e disse para todo mundo, que não iria reeditar o FETHAB II. E hoje estamos na eminência de ter novamente o FETHAB II.

Então, o Estado de Mato Grosso deseja ter uma segurança jurídica para que possamos trabalhar e fazer o nosso planejamento e queremos construir junto com esta Casa, junto com o Governo do Estado, junto com as lideranças.

Falamos muito, inclusive, sobre o FEX. O Senador Jayme Campos colocou aqui um grande conhecimento disso. Eu acho que não está em nossas mãos. Está nas mãos do Congresso Nacional para saber, inclusive, o que Mato Grosso tem direito a mais por ser o maior produtor do Brasil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Então, muitas coisas que podem resolver a questão do Estado não estão na taxaço, mas, sim, no esclarecimento dos fatos. Com relaço a isso, as entidades estão prontas para abrir essa caixa de ferramenta, porque não temos nada a esconder.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com a palavra, o Sr. Normando Corral.

O SR. NORMANDO CORRAL – Obrigado!

Deputado Wilson Santos, Senador Jayme Campos, parabéns pela posiço que tomaram, abriram aqui, sim, um debate e não um embate.

Permita-me, Deputado Eduardo Botelho, fazer uma correço. Vossa Excelência disse corretamente, mas quero fazer uma correço.

Quando fui chamado para falar, falaram: bom, agora damos espaço aqui, também, ao contraditório. Na verdade, não fazemos o contraditório a não ser a equívocos, opiniões ou convicçoes equivocadas por falta de informaço. Por isso, estamos aqui. Nós somos favoráveis ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

A questão que nós queremos discutir não é só a tributaço, temos outros problemas que o mau funcionamento do Estado nos aflige.

Nós tivemos exemplo - permita-me o representante do SEFAZ - na mudanço que eles estavam fazendo esses dias do sistema de operaço e ficamos quatro, cinco dias sem poder emitir notas. Isso nos causou um transtorno enorme. O mau funcionamento do Estado, seja na Secretaria de Fazenda, sejam as restriçoes e a demora para determinadas licenças da Secretaria de Meio Ambiente, ou sejam as questões fundiárias, que são questionadas no INTERMAT, há muitas coisas no Estado que não funcionam e que nós gostaríamos que funcionassem. Não abrimos mão de que isso funcione, porque o imposto não é caro pelo valor que você paga... (PALMAS) ...o imposto é caro pelo não retorno daquilo que ele dá daquilo que você pagou. Nós pagamos e não estamos tendo retorno. É necessário que exijamos isso.

Quero dar um exemplo que fazemos, mesmo que voluntariamente.

As instalaçoes do INDEA no Estado de Mato Grosso estavam em situaçoes muito ruins, não só para aqueles funcionários que nelas trabalham, mas também para aqueles produtores que elas acessam para emitir GTA-Guia de Trânsito Animal, e dois Fundos, o Fundo Emergencial de Sanidade Animal e o FASE-Fundo de Apoio à Cultura da Semente, com recursos do produtor rural, já reformaram mais de 20 unidades do INDEA e reformarão até mais de 60.

A Unidade de Tangará da Serra, cidade que eu moro, por esquisito, depois de 25 anos de construída, foi ter a primeira reforma. Nada! Nenhum governo por vinte e cinco anos. E eu não falo só desse governo, nem do anterior. Vinte e cinco anos de descaso do Estado contra seu próprio patrimônio.

Então, é isso que acho que temos que conversar, é isso que eu acho que temos que debater, estamos aqui nesse convite que fizeram, mas agora nós fazemos outro.

Sabemos que a forma como vocês fazem convite é por meio da tribuna, essa é a forma que Vossas Excelências fazem, e fazem com brilhantismo, porque vocês têm domínio disso. Nós queremos fazer outro convite: começou aqui na tribuna, mas que a gente vá para a mesa, mesa onde possamos colocar os nossos números, colocar o que queremos e o que podemos fazer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Obrigado a todos!

Obrigado, Deputado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado.

Vou conceder a palavra ao Sr. Wagner, representando a sociedade; depois o Sr. Lucas Costa, da APROSOJA, e depois encerraremos.

O senhor tem quatro minutos para falar à vontade! (RISOS)

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA – Rapidamente, Deputado.

Senhoras e senhores, boa tarde!

Quero parabenizar a coragem do Deputado Wilson Santos por chamar para esse debate tão importante para o Estado de Mato Grosso.

Também quero parabenizar as palavras do Senador Jayme Campos, que não precisava estar nesta tribuna, fazendo uma fala dura e pontual, como fez.

Meus parabéns, Senador Jayme Campos!

Quero cumprimentar, em nome de todos os dirigentes sindicais, o Presidente Edmundo, grande líder sindical, e todos os servidores que estão na Casa.

O tempo é curto e não vou me alongar muito.

Como começou o agronegócio, Deputado Wilson Santos? Com doação de terras pelo próprio Estado de Mato Grosso. Grandes latifundiários hoje, lá trás ganharam, cem, duzentos, trezentos hectares para começar seus negócios.

Nós demos o peixe para depois ensinar a pescar, mas foi assim que começou.

Há trinta anos o agronegócio carecia de incentivos e variáveis tributárias para fomentar o seu setor? Sim. De fato, abriram as fronteiras agrícolas do Estado de Mato Grosso.

Mas depois de trinta anos ainda necessário tais bengalas tributárias? Essa é uma pergunta que deve ser feita e respondida tecnicamente.

A Lei Kandir, Lei Complementar nº 87, de 13/09/96, fez com que Mato Grosso perdesse ano a ano receitas importantíssimas, entre os cinco Estados que mais perderam com a Lei Kandir, Mato Grosso é o quarto. Perdemos nos últimos dez anos, cerca de trinta bilhões de reais.

Se tivéssemos debatidos com seriedade aqui, senhores produtores, a alta sonegação, em que somente a CPI da sonegação apontou com meia dúzia de grandes empresas, mais de três bilhões e meio de sonegação, e essa CPI não chegou a um fim contundente, punindo de fato os grandes sonegadores, talvez não estivéssemos neste momento, senhores produtores, discutindo a taxaçoão do agronegócio.

Se tivéssemos debatido a dívida ativa, 37 bilhões de reais, em que 15 bilhões, repito, 15 bilhões, prescreveram nos últimos dez anos, em que 92% nos últimos dez anos prescreveram, segundo estudos do Tribunal de Contas...

E aqui pergunto: esta semana o Tribunal de Contas atacou direito sagrado dos servidores. Cadê o Tribunal de Contas discutindo esse assunto tão importante para o Estado de Mato Grosso? Se tivéssemos discutido a dívida ativa de 37 bilhões, que 92% da dívida exequível prescreveram nos últimos dez anos, talvez não estivéssemos discutindo a taxaçoão do agronegócio.

Talvez, se tivéssemos debatido com seriedade e aberto a caixa preta da renúncia fiscal, em que meia dúzia de grandes empresários recebem 04 milhões e os analistas da área meio, carreira da qual eu faço parte, alegam com esses dados - o Secretário de Fazenda diz que esses dados

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

são estimados -, 04 bilhões que chegam a quase oito de uma receita total de vinte; 08 bilhões nós renunciamos para meia dúzia de grandes empresários.

Cadê o Tribunal de Contas discutindo esse assunto? Cadê todos aqui do setor produtivo discutindo esse assunto?

Se talvez tivéssemos aberto a caixa preta, a caixa de pandora, dos incentivos, não estaríamos discutindo a taxação do agronegócio.

Mas preferiram todos apoiarem o ataque aos servidores públicos. “Farinha pouca o nosso angu primeiro.”

Nós, nosso salário, nossa recomposição do poder de compra é sagrada. Não aceitamos que ninguém, nem esta Casa, nem o Poder Executivo, nem aquele tribunal de faz de contas, ataquem o direito dos servidores, como fomos atacados essa semana.

Se talvez tivéssemos discutido com seriedade esses temas que discorri aqui brevemente, porque o tempo é curto, rapidamente, porque o tempo é curto, talvez não estivéssemos aqui discutindo taxar o agronegócio.

Mas os senhores do setor produtivo preferiram atacar o direito dos servidores.

E demos eco a este debate. Quando gritamos “RGA JÁ”, gritamos ao mesmo tempo “Taxação do Agronegócio já”, Sr. Deputado Wilson Santos.

E daremos coro, e daremos tecnicidade a esta discussão.

Temos servidores do mais alto gabarito para discutir isso.

Sou Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, uma entidade que saiu de quinze para cinquenta e seis sindicatos, e diretor jurídico do Sindicato... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para concluir.

O SR. ANTÔNIO WAGNER OLIVEIRA – Levamos o Professor Dr. Edson para palestrar na Fundação da CSB, no Estado de Mato Grosso, inclusive trouxemos o Ciro Gomes para palestrar também.

O professor doutor fez toda uma análise histórica, econômica e política da pujança do agronegócio.

Conversei esta semana com ele para vir aqui, ele está lá no Uruguai discutindo o agronegócio na América Latina num grande encontro internacional. Traremos, sim, indicaremos homens, sim, para compor essa comissão. Faço questão de participar dela e indicar nomes para ela.

Vamos discutir com seriedade o Estado de Mato Grosso, não só pelo prisma da despesa, porque para diminuirmos a despesa só se cortarmos o papel higiênico e o cafezinho. Não dá para discutir redução de salário do servidor. Precisamos discutir receita pública e a receita passa por uma discussão sadia... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com a palavra, Lucas Costa, da APROSOJA.

O SR. LUCAS COSTA – Boa tarde a todos!

Em nome da APROSOJA, do Presidente Antônio Galvão, cumprimento a todos.

Peço desculpas por ele não estar presente, mas ele tinha outro compromisso.

Quero aproveitar agora para fazer uns questionamentos.

Há pouco comentaram que o Estado tem exportado boi de pé e outros animais, daqui a pouco porco, galinha, daqui a pouco ovo. (RISOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

É engraçado. Nós temos que questionar por que isso está acontecendo?

Se pararmos e analisarmos, o nosso Estado hoje tem o maior gargalo logístico do País.

Uma saca de milho sai de Nova Mutum, que é o centro do Mato Grosso, valendo 18 reais para chegar em Santos, onde vale 40, ou seja, perde mais da metade do valor por conta de frete, aí você pega Brianorte, Nova Maringá você perde mais 3 reais por saca de milho, os produtores hoje que plantam lá, menos de 1.500 hectares, estão arrendando todas suas áreas, porque eles não estão tendo competitividade, entendeu? Então, qual é o questionamento? Vamos taxar, vamos terminar de quebrar esses? Aí sim nós vamos fortalecer ainda mais os tais barões, que eu não tenho preconceito algum, porque até a APROSOJA, como antes nós, foi atacada pelo Senador, nós defendemos do pequeno ou grande independente de qualquer coisa, os atos ilícitos que cada um comete, aí é problema seu e cabe ao Ministério Público e a polícia investigar.

Quando Neurilan falou aqui que ele paga FETHAB do óleo diesel também, diretamente nós somos os maiores consumidores e indiretamente também, pois um caminhão que sai de Nova Maringá, ele vai percorrer 800 quilômetros aqui dentro do Estado e mais 1.100 para chegar até Santos. Então, se não está recolhendo em cima disso, tem coisa errada.

Então nós temos que analisar e questionar. Sugiro que não se tenha taxaço do agro e vou além, que se diminua o ICMS dos outros produtos também industrializados, porque exporta boi de pé, é porque nós não temos competitividade. (PALMAS)

Nós tínhamos o FETHAB que Estado nenhum tinha, e agora temos o FETHAB II, só do FETHAB I foi desviado mais de 1 bilhão para Copa do Mundo, um bilhão, um milhão e 700 mil foi desviado para Copa do Mundo, para nós termos elefantes brancos aqui dentro de Cuiabá, que serve mais para atrapalhar, para dar despesa para o Estado e mesmo assim nos produtores somos atacados. Aí quando o Senador fala da Ferrogrão, a Ferrogrão é um sonho dos produtores do pequeno ao grande e também da sociedade. Ano que vem nós teremos um leilão, é a única e última oportunidade que os produtores têm de serem donos de uma ferrovia e nós baixarmos em torno de 30% o custo médio do frete dentro do Estado, e ainda mais, eu vou além, porque hoje nós temos ferrovias em Rondonópolis privatizadas, que em nada nos ajudam, pois o preço é o mesmo do frete rodoviário.

Se nós tivermos a Ferrogrão, quem sabe assim, realizaremos o sonho de um dia o Mato Grosso ser igual ao meio-oeste americano, onde nós veremos colheitadeiras sendo fabricadas, saindo em cima de um trem, para ir lá a Santarém, Marabá, que seja, para exportar para o mundo fora.

Então, o problema não somos nós, e nós não queremos divisão também, nós não queremos atacar ninguém, nós não vamos atacar o Senador.

Nós agradecemos ao Deputado por nos dar a oportunidade de debater. Acho que o debate é extenso, mas temos que debater também reforma administrativa do Estado, reforma tributária do Estado e reforma da Previdência em nível nacional, que hoje é um dos grandes... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Concedo um minuto para concluir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

O SR. LUCAS – ... déficits do nosso Estado é o déficit da previdência. E mais um detalhe.

É fácil atacar o produtor, é fácil vir aqui um Promotor e falar que não tem dinheiro para pagar mais produtor. Enquanto, no mês de novembro, muitos deles trabalharam dezesseis dias, muitos produtores estão trabalhando 30 dias, e não sabem se vão pagar as contas no final do ano. (PALMAS). Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com a palavra, o Sr. Alexandre, que vai falar em nome da AMPA.

O SR. JAYME CAMPOS – Sr. Presidente, pela Ordem, se me permite, eu fui citado. Lá no Senado é Art. 14. Aqui no Regimento Interno... Responder ao nosso amigo que acabou de falar.

Ao representante da APROSOJA, representando o Galvão, eu quero dizer ao Sr. Lucas que eu não sou contra o agronegócio. Eu só volto a repetir para deixar bem explícito a minha opinião, o meu ponto de vista em relação à questão da taxação. Eu nem falei em taxação. Eu falo para que possamos buscar uma nova modelação em relação o que está sendo praticado na atual conjuntura.

Nós precisamos da FERROGRÃO, que é um sonho da FERROGRÃO. Todos nós temos sonhos aqui. Talvez Vossa Senhoria não conheça a história de Mato Grosso. Se hoje tem essa ferrovia até a cidade de Rondonópolis, iniciou no meu Governo quando Olacyr de Moraes, esse grande visionário, que esteve aqui, eu saí na vanguarda para deixar bem claro, para refrescar a sua memória, porque você ainda é muito novo. As primeiras usinas hidroelétricas em Mato Grosso, Dr. Lucas, foram no meu Governo, aqui não está o Normando, mas está o Ruy aqui, chama Juba I, Juba II, eu saí na vanguarda, fui o pioneiro de permitir o setor elétrico mato-grossense iniciar pelo nosso Estado. Quando se fala em ferrovia, foi em uma tratativa, um trabalho do Governo de Mato Grosso junto com o empresário Olacyr de Moraes.

Naquela oportunidade, nós iniciamos a construção da FERRONORTE. Lamentavelmente houve um desvio de conduta sobre o que foi feito no contrato. Depois falava na época que a FERRONORTE poderia receber incentivo fiscal da SUDAM desde que ingressasse no território mato-grossense. Feito isso, eu fui ao BNDES, ao Presidente Collor de Mello e consegui um financiamento naquela oportunidade para a Ferronorte e para as primeiras usinas hidrelétricas privadas neste país iniciaram-se por Mato Grosso.

Eu não sou contra a Ferrogrão, não sou a favor da taxação. Eu conheço esse filme tanto quanto você conhece. Talvez bem mais, porque sou bem mais velho que você, sou do setor, sou do ramo. Agora, o que eu discordo, o que eu disse para vocês é da maneira. Eu disse que eu acho ideal cobrarmos da ordem progressiva. O senhor está acabando de falar. E serão engolidos todos os pequenos de 500, de 1.000, de 1.500, de 2000, de 2.500 serão engolidos, sabe por quê? Porque não tem uma política diferenciada, meu filho. O que eu luto é para ser uma política diferenciada. Não tributar, não roubar os pequenos, dos médios, isso está sendo usado. Vocês estão sendo roubados na medida em que vão fazer negociação com as grandes *tradings*, você recebe um pacote e nesse pacote ele está ganhando duas vezes.

E talvez você também não saiba. Vou dar uma aula para você, você está por fora. Mestre formado em matemática, em engenharia, médico, economista advogado, todos saem daqui. O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

senhor sabia que quando o cidadão for receber em uma *trading*... Você dever ter feito isso: você pega o adubo dele, fertilizando e não sei mais, óleo diesel, semente e até muitas vezes dá até um tico-tico para mandar a folha de pagamento dos que trabalham. Mas a *trading*, quando compra o óleo diesel e muitas até fornecem o óleo diesel, compra lá de fora e traz para cá. Compra, vou só dar só um exemplo, não é um número correto, R\$ 3,00. Mas, quando vende para você, vende a R\$ 3,80. Paga imposto sabe do quê, meu filho? Só de R\$ 3,00; porque não paga nada além de R\$ 3,00, porque ele entrou com R\$ 3,00 e não paga nada. E sobre esse R\$ 0,80, é um exemplo... R\$ 0,60; R\$ 0,70, eu não sei, ele não paga nada! Ele ganha em cima disso também. Então, esse dano vai engolir todo mundo e o seu Raimundo! Vai sobrar na praça meia dúzia daqueles guerrilheiros que querem continuar plantando, porque o pai dele, o avô dele iniciou... Então, sou contra a Ferrogrão.

Agora, eu sou contra, é bom que se esclareça, que o Galvão falou para mim de que ele quer que cobre o FETHAB II desde que o FETHAB II seja composto de um Fundo para participar da construção da Ferrogrão com 25% dos 100%, ou seja, os 75% ficam para os barões e os tubarões que vão buscar juros por meio de financiamento dos Fundos, do BNDES, do FCO, do FNDO etc... E você acha justo que o Estado arrecade para os produtores serem sócios da Ferrogrão? E o que o Estado ganhará com isso, meu filho? Zero! Não é justo. Eu acho inexecutável na sua plenitude qualquer possibilidade. Salvo, estou dizendo que se o Governador eleito Mauro Mendes tiver essa determinação de enriquecer os mais ricos, bacana, é uma decisão de Governo, eu particularmente já vou manifestar: sou contra! Discuti como membro da Comissão da infraestrutura... Essa FICO que está prevista aí, agora num novo pacto, num novo TAC, lá da Vale do Rio Doce, para sair lá de cima e chegar atravessando aqui em Querência ou Água Boa, eu participei desde a elaboração do primeiro estudo que foi feito pela Universidade Federal de Santa Catarina, eu participei da nova revisão, da nova modelagem na questão do transporte do Brasil, o que é o que, em que foi discutido o novo modelo das concessões, participei de tudo.

Agora, quando você fala... Eu não estou acusando ninguém aqui, longe de mim, gente. Você tem que convir comigo que eu discuti, estou defendendo interesse de vocês, inclusive, dizendo que esses pequenos valores de 1.000, 500, 700, 800... Paga nada. Eu pago o FETHAB e não pago pouco, não, pago bastante FETHAB aqui e pago com satisfação, se não tiver competência, com nome na praça, terei que vender minhas propriedades, tchau-tchau, *bye-bye*.

Agora, sou contra algumas coisas, não o que você está falando aí do milho. Só dar um exemplo para você, Lucas, você sabia que tem gente que está pagando de arrendamento de terra de soja... Eu tenho um funcionário que a mãe dele arrenda 550 hectares de terra, ali encima, em Jaciara, e recebe 17 sacos de renda por hectare de soja, ok? Ok! Como é que você paga 17 reais de hectares por quitação de arrendamento? Você não está ganhando nada aí? Claro que está, rapaz! Se eu paguei 17 reais, 17 sacos por hectares é sinal que eu estou ganhando, não estou lá trabalhando de bobo alegre, bobó cheira-cheira, eu estou ganhando. Então, é uma discussão ampla, discutido com maior profissionalismo, de forma civilizada, educada etc., etc.

Agora, você há de convir comigo que eu não tenho, de maneira nenhuma, possibilidade de abrir mão de algumas convicções que eu tenho, porque eu sou da área, sou do setor, agora é injusto também nós colocarmos só os servidores públicos como o grande malfeitor do Estado de Mato Grosso, é o grande malfeitor? Não é, os caras trabalham... (PALMAS)... O Estado, a máquina administrativa, não anda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Sou favorável em reduzir e acabar com o cabide de empregos? Eu sou favorável. Acaba como cabide de emprego, vai trabalhar na iniciativa privada, vai fazer concurso público. Sou favorável! Agora, o senhor não pode chegar e jogar a carga toda encima do servidor público deste Estado, nós temos que ter o mínimo de respeito por aqueles que também ajudaram Mato Grosso, não é por aí também, longe de mim!

Tinha que fazer esse aparte, você me desculpe, Lucas, mas eu tinha que me manifestar, baseado até no Regimento Interno da Casa, eu tenho direito de dar a minha opinião ao senhor aqui, não tenho nada contra, longe de mim.

Sou favorável ao FERROGRÃO, desde que não seja só dos barões. Você não sabe a metade da missa que eu participei, desde a elaboração, como membro titular da Comissão de Infraestrutura, e fui Relator da matéria junto com o ex-Senador falecido, Senador, Ministro da Fazenda e de Transporte, Elizeu Rezende, Senador ilustre do Estado de Minas Gerais.

Então, eu conheço o assunto da matéria dessa ferrovia de cor e salteado, de trás para frente, preto e branco, verde e amarelo, sei tudo. E dessa turma que está aí, dessa FERROGRÃO, também sei como será o traçado, quem já estava previsto a apanhar o trem lá dentro. Sei também!

Hora que chegar o momento certo, eu vou derramar também no Senado, vou falar: alto lá, já vão os barões e os tubarões. Abra a caixa preta aí, meu filho, das *tradings* em Mato Grosso. Vai explodir uma bomba pior do que Hiroshima. Abra a caixa preta que você verá a verdade. Sou favorável ao que você falou: 500, 1.000, 1.500, 2.000, 2.500. Longe de mim. Esse aí está trabalhando só para pagar os grandes barões e tubarões. Não tiram nem para o café.

Obrigado, Lucas, pelo aparte, meu filho. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Lucas concluir.

O SR. LUCAS COSTA – Senador, a minha intenção não foi atacá-lo. Em segundo lugar, se o senhor tivesse ouvido tudo que eu falei, tudo que o Daniel falou também, que o senhor estava contestando ao em vez de ouvi-lo naquele momento que ele expõe os números. E a FERROGRÃO é um sonho, eu sou um produtor que planto mil hectares, e o meu sonho é ganhar cinco reais a mais por saca de milho, aí sim ser competitivo e poder exportar, poder vender.

E peço a vocês, como políticos, para viabilizarem para nós industrializarmos isso no Estado. Aí sim quem sabe ali no Pantanal, nós mandarmos milho para o Pantanal, engordar gado no Pantanal e plantar milho lá no Norte. Agora, basta a competência de vocês. E a FERROGRÃO é de todos os produtores, não de barão e nem de pequeno. É de todos.

O SR. JAYME CAMPOS – Lucas, eu não sou fazendeiro do Pantanal, é bom que... E acho que é orgulhoso para quem é pantaneiro, que consegue criar e sobreviver lá no Pantanal, acho que é um sobrevivente, até porque não tem grandes incentivos, não tem renúncia fiscal, não tem coisa nenhuma. Sobrevivem lá na raça, vivem lá, porque são amantes do Pantanal. (PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JAYME CAMPOS – É verdade. Conheço seu pai, sua mãe, seu avô. É engenheiro agrônomo...

O SR. LUCAS COSTA – Eu fui mal interpretado. Meu sonho é que seja industrializado, porque o Pantanal tem vocação para produzir boi e o Norte tem vocação para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

produzir milho, e aí nós geramos mais emprego e renda aqui dentro, de maneira alguma eu estou atacando e peço desculpas se eu fui mal interpretado.

O SR. JAYME CAMPOS – Não, não, é o seguinte, Lucas, matéria vencida. É o seguinte, quero só deixar bem claro, não estou contra coisa alguma aqui, meu filho, não estou contra nada aqui, estou discutindo uma nova modelagem de pagar um pouquinho de imposto, dar um pouquinho de volta para o povo do Mato Grosso, para os pobres que estão aí à mercê, não defendo o funcionário, não defendo. Não pode também ele ser o grande vilão nessa altura do campeonato, rapaz.

Não tem cidadão que mais defenda o Estado moderno, a diminuição do tamanho do Estado, para sobrar mais dinheiro para investimento, para mais estradas, para mais saúde, para mais educação, eu defendo essa tese, agora não pode aqueles que são ricos, ficarem mais ricos.

Você está lá, você não está plantando 3.500 hectares de terra, está?

O SR. LUCAS COSTA – Não, 1000, 1000, e metade arrendado.

O SR. JAYME CAMPOS – Você não está na lista nossa, você é “pequinitinho”, você é bagrinho na altura da... O Galvão mandou um garoto muito bom para defender ele aqui, parabéns viu, Lucas.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos ouvir o Alexandre, que já estava escrito e aí, depois, nós temos que encerrar, porque tem outra Sessão daqui a pouquinho.

O SR. ALEXANDRE PEDRO SCHENKEL – Sr. Presidente, o Governador Jayme me prejudicou, vou ter que dar uma réplica de 30 minutos aqui.

Estou brincando, Governador Jayme, tenho muito respeito pelo senhor, pela Mesa, em nome do Presidente Deputado Eduardo Botelho, queremos cumprimentar os demais Parlamentares aqui, os Deputados que estavam e que estão presentes aqui, é muito importante esta Casa para esses debates, Deputado Wilson Santos, isso aí é importante sim.

Eu só queria usar um trecho do discurso – sou muito bom de memória, Sr. Presidente Deputado Eduardo Botelho – de abertura do senhor, sobre respeito ao sangue das pessoas que estão nesta terra aqui do Mato Grosso.

Mas, primeiro, eu não ia nem falar, eu acho que não era o momento, eu não tenho o dom da palavra como o Professor, como os Parlamentares aqui, nosso político, o nosso Governador Jayme.

O que eu quero deixar mais fortalecido são os números que nós podemos trazer aqui, se vocês puderem prestar atenção, se quiserem pegar principalmente com o Daniel, aqui o IMEA é um instituto muito respeitado pelos dados que levanta, que consegue trazer aqui, outros Estados não têm essa ferramenta, se baseiam em vir buscar conosco o aprendizado, como nós temos feito isso aí, é importante para nossa economia e principalmente para levar, Presidente Eduardo Botelho, até a inteligência um pouco de como tocar aqui o negócio, principalmente seja governo, seja industriais, todos estão utilizando esses dados para se beneficiarem nisso daí.

Senhores, foi falado em aumento... E eu vejo muito isso, porque eu vivi isso, desde 1988, em Mato Grosso: o aumento do emprego no interior do Estado. E que por consequência diminuiu por causa do aumento da população no interior do Estado. Nós interiorizamos Mato Grosso. Nós conseguimos trazer desenvolvimento de uma forma mais justa para dentro do Estado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

inteiro. Porque tem aquele dado de crescimento que vai até 141 municípios, mas, há 30 anos, eram bem menos municípios. Então, isso aí eu não posso ver como uma coisa ruim.

E o recado disso tudo é: não podemos estar um contra o outro. Vossa Excelência falou muito, Deputado, sobre não ter essa briga, essa divisão, mas no final Vossa Excelência acaba cobrando de um setor.

Nosso amigo falou, agora há pouco, também do sindicato, são muito valorosos os trabalhos que ele traz. Nós temos servidores do INDEA que têm feito um grande trabalho para nós. São pessoas que têm que ser reconhecidas, mas eles também estão desenvolvendo... A Presidente Daniela, que está fazendo um grande trabalho. Isso é muito importante para nós, temos que conviver. Nós só estamos sendo fortalecidos neste nosso meio, que é o nosso Estado... Como os espermatozoides do nosso querido Deputado que... Ele escolheu onde os filhos dele iriam nascer. Então, os espermatozoides dele... Ele que escolheu onde iriam nascer os filhos dele. Mas nós estamos aqui e temos que valorizar o nosso Estado, nosso meio, onde estamos convivendo.

Só para falar um pouco em relação ao algodão, eu gostaria, Lucas, posso falar um pouco do nosso Governador? Porque eu o conheci no Estado como Governador, como amigo do meu tio, da minha família... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Concedo um minuto para concluir.

O SR. ALEXANDRE PEDRO SCHENKEL - ...Sobre a questão do algodão o que temos feito aqui.

Eu represento uma entidade, uma classe, que não é apenas de grandões, de tubarões, mas eu posso dizer que estou tentando e buscando fazer uma gestão que atenda a todo mundo, para que o menor produtor de algodão plante e se beneficie na mesma proporção daquele que é o maior que planta algodão aqui no Estado de Mato Grosso. Sabe por quê? Hoje produzimos e somos no Brasil o segundo maior exportador de algodão mecanizado no mundo. Isso é um volume muito grande. Nós éramos, na década de 80, importadores de algodão, o segundo maior importador de algodão no mundo. E nos tornamos hoje o segundo maior exportador. Nós vencemos muitos desafios.

Eu vou terminar na questão do sangue, eu quero só falar da questão do algodão.

Nesse meio tempo, nós fomos eficientes, construímos tecnologia, desenvolvemos tecnologia. Nós temos o Instituto Mato-Grossense do Algodão aqui; temos a TMG - Tropical Melhoramento & Genética, que desenvolveu tecnologia aqui no Estado, a tecnologia é nossa, mato-grossense. E trouxemos isso aqui para dentro. É uma grande vitória nossa. Nós temos muitas coisas boas para mostrar ao Governador, Deputado Wilson Santos... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Concedo um minuto para concluir.

O SR. ALEXANDRE PEDRO SCHENKEL - ... Para convidar para conhecer as coisas boas que temos no Estado, inclusive, hoje nós somos responsáveis pela exportação, porque exportamos 60% a 65%. Nós estamos aumentando cada vez mais, porque nós estamos melhorando o nosso solo, estamos produzindo mais, estamos conseguindo ser mais eficientes ainda, melhorando a tecnologia, coisa que é nossa, é mato-grossense. Nós somos grandes guerreiros nisso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Estamos aqui para entregar a Vossa Excelência essas coisas boas que podemos entregar, que é o conhecimento, essa prática e a seriedade que trazemos. Trazemos bastante rendimento, seja ao produtor, seja ao funcionário, tudo! O Deputado Wilson Santos falou que o churrasquinho não é somente aqui em Cuiabá, na capital que é vendido. É vendido em todas as outras cidades de Mato Grosso. E lá, também, eles estão se beneficiando com a renda, seja da lavoura do algodão, do milho, do boi ou da soja, mas estão se beneficiando, estão conseguindo comprar aquele churrasquinho. Só não temos o uber, lá... Eu me lembro muito bem na memória que falaram do uber, do motorista de uber também. Então, somos todos integrados como sociedade, isso que é importante.

Vamos aproveitar o que temos de bom, vamos progredir juntos... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Concedo mais um minuto para o senhor concluir.

O SR. ALEXANDRE PEDRO SCHENKEL - Desculpe-me, eu vou concluir. Quando Vossa Excelência falou de respeito com as pessoas, isso tudo só para defender um pouco o nosso setor, Deputado Wilson Santos, foram muitas pessoas, muito sangue enterrado nestas terras de Mato Grosso. Eu perdi o meu avô, há quatro anos, ele estava trabalhando, trocando pneu de um trator na beira da estrada, com 84 anos. Isso significa o quê? Nós precisamos de três fatores para produzir, para ter sucesso, sucesso que nós temos nessa grande exportação, seja de algodão, de soja, de boi.

Nós temos clima, que foi falado aqui, o de Mato Grosso é muito bom, somos favoráveis, graças a Deus temos esse clima, temos solo bom, mecanizável, investimos muito na tecnologia, em adubação, em fertilidade, e estamos colhendo os resultados, mas se não tiver o terceiro fator, que é o meu avô que foi - pode se dizer - pela fatalidade, enterrado dentro desta terra, trabalhando por esta terra, dando o sangue por esta terra... Se não fosse pelas pessoas que estão tocando esse negócio, não teria... Só o clima sozinho, o solo, não teria o sucesso que nós temos.

Nisso, as pessoas, Deputado Wilson Santos, somos nós produtores, são os nossos colaboradores, nossos amigos, os servidores, a população urbana, somos todos nós que estamos vivendo a favor disso aqui.

Meus filhos moram aqui em Cuiabá, dá para somar mais de dez anos em Cuiabá, contando com a faculdade, porque eu fiz na UFMT, isso aí são 25% da minha vida. Eu escolho aqui para morar e sei que estou trazendo, distribuindo toda essa renda também com quem mora, com quem trabalha conosco aqui, vocês são nossos amigos.

Industrialização... (TEMPO ESGOTADO - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Pode liberar o tempo, aí o senhor conclui, por favor.

O SR. O SR. ALEXANDRE PEDRO SCHENKEL - É que o assunto é importante.

O rendimento com uma fiação nordestina versus a que temos em Mato Grosso, lá são 96%, aqui são 87%, porque na Legislação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, menos de três segundos de queda de energia não é considerado queda, a ENERGISA não se responsabiliza por isso, só que as máquinas param, todos os teares, nosso rendimento cai muito. Então, não adianta querermos que o produtor invista, tem que ser industrial, sabe por quê? Porque o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

nosso rei da soja, como o Governador falou... não, o antigo rei da soja, Olacyr de Moraes, era da Itamarati, não era? Ele fez o contrário, ele saiu de uma indústria de construção e foi para dentro da agricultura, quebrou. Se o produtor sair da agricultura para virar industrial... A ovelha não é para mato! A ovelha não é para mato como se dizia lá no Sul. Quem é industrial tem que ser industrial. Nós temos que atrair a indústria para estar do outro lado da minha área para eu fazer isso e industrializar o nosso algodão, a nossa fibra, o nosso óleo, o nosso milho, agregar valor com carne e com isso tudo.

Posso contribuir e preciso que vocês compreendam o nosso setor e que possam ajudar o Estado.

Muito obrigado!

Desculpe ter tomado o tempo, gente!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu vou pedir para o Deputado Wilson Santos fazer 2 minutos de encerramento. Temos, realmente, que encerrar, porque temos outra Sessão, agora.

Então, com a palavra, por 2 minutos, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, muito obrigado pelos dois minutos.

Quero dizer ao Alexandre que quando começou aqui dizia que não sabia falar, que tinha dificuldade, mas falou por quase duas horas e falou bem.

Eu quero encerrar dizendo que foi uma tarde e noite especial para Mato Grosso. Muitos Estados devem fazer este debate. E com a adesão do Presidente, Deputado Eduardo Botelho, de instalar um fórum para debater esse tema, para ampliar, para tecer detalhes, quem sabe uma equipe ir a Mato Grosso do Sul, conhecer a experiência do Estado de Mato Grosso do Sul, conhecer a experiência de Goiás, acompanhar a Comissão no Senado que está discutindo a Lei Kandir, tenho certeza que com 90, 120 dará para apresentar um documento consensual onde possamos mirar na industrialização, não pisar em ninguém, mas construir uma justiça tributária para todos e dar uma contribuição à reforma tributária. Disse bem aqui o Caco Palma que não dá para discutir isso sem tratar da Reforma Tributária.

Parabéns, Senador Jayme Campos; parabéns ao futuro Deputado Thiago, que já antes mesmo de assumir está tratando esse tema com muita inteligência; ao Normando, que sempre foi acessível ao debate; ao Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá, Jorge Pires; ao Daniel Latorraca, a todos que vieram e aqueles que gostariam de usar a palavra, mas pelo adiantado da hora...

Muito obrigado, Presidente!

Eu me sinto satisfeito e muito feliz pelos resultados produzidos por esta Audiência Pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado!

Obrigado a todos!

Então, criarei esse fórum, uma comissão, para afunilarmos no assunto e chegarmos a uma conclusão.

Obrigado a todos, ao Senador Jayme Campos, Deputados e representantes de entidades que vieram.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A TAXAÇÃO DO
AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

Declaro encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.